



**Informação nº:** 177/2016 – SECONT/3ªDICONT

Brasília (DF), 15 de junho de 2016.

**Processo nº:** 23.278/2014 (13 volumes e 03 anexos).

**Apenso nº:** 24.954/2013 (1 volume e 1 apenso de nº 094.000.773/2013)

**Jurisdicionada:** Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU

**Assunto:** Tomada de Contas Especial

**Valor envolvido:** R\$ 222.558.751,81<sup>1</sup> (atualizado até 2016)

**Ementa:** Tomada de Contas Especial. Item IV da Decisão nº 3.474/2014. Conversão TCE. Autos apartados. Citação. Apresentação de defesa. Aditamento de defesa. Decisão nº 1226/2015. Ofício nº 856/2014-DIGER/SLU. Análise. Imputação de responsabilidade. Cientificação.

Senhor Diretor,

Tratam os autos da auditoria de regularidade realizada no âmbito do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal para verificar a regularidade dos contratos emergenciais ajustados nos exercícios de 2006 a 2011 convertida em TCE, em autos apartados, por força do item IV da Decisão nº 3.474/2014.

2. O e. Plenário, por meio do item IV Decisão nº 3.474/2014 (fls. 02/03), deliberou por:

*“IV - autorizar a conversão dos autos, no que diz respeito às irregularidades descritas na Matriz de Responsabilização de fls. 182/201, em Tomada de Contas Especial a ser tratada em processo apartado, com fundamento no artigo 46 da LC nº. 01/1994, e a citação dos responsáveis indicados na Tabela 121, com fundamento no artigo 13, II, da mesma lei complementar, para que, no prazo de 30 dias, apresentem defesa ou recolham os*

<sup>1</sup> Valor do prejuízo identificado

\* Associado eletronicamente ao feito



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
SECRETARIA DE CONTAS - 3ª DIVISÃO DE CONTAS

e-DOC 55D28D77

Proc 23278/2014

Fl.: 2313

Proc.: 23278/14

Rubrica

*valores integrais dos débitos, a serem corrigidos a contar das datas de constituição;"*

### 3. DA CITAÇÃO

3.1. Os responsáveis citados na Tabela 121 (fls. 150/153) do Relatório Final de Auditoria (fls. 04/154) são os a seguir relacionados:

Responsável	Citação			Defesa	
	Número	Fl.	Data	Folhas	Anexos
Carlos Vitor Duboc Bahia	482/2014-SECONT/GAB	155	08/10/2014	902/905	906/907
Célia Maria Santos Pessoa	483/2014-SECONT/GAB	156	09/10/2014	345/349	350/613
Daniel Pereira Rocha	484/2014-SECONT/GAB	157	08/10/2014	1105/1147	1148/1327
Delival Lemos de Souza	485/2014-SECONT/GAB	158	13/10/2014	1529/1580	1581/1665
Delta Construções Ltda.	486/2014-SECONT/GAB	159	09/10/2014	1686/1714	1715/1741
Divino Dias de Santana	487/2014-SECONT/GAB	160	11/10/2014	977/978 e 2085/2201	Anexo III
Construtora Artec Ltda.	488/2014-SECONT/GAB	161	17/10/2014	1328/1355	1356/1528
Empresa ENGETÉCNICA Serviços e Construções Ltda.	489/2014-SECONT/GAB	162	-	2042/2059	2060/2062
Empresa Nely Construções e Logística Ltda.	490/2014-SECONT/GAB	163	17/10/2014	-	-
Empresa QUALIX Serviços Ambientais Ltda.	491/2014-SECONT/GAB	164	10/10/2014	1035/1077	Anexo I e II
Empresa Valor Ambiental Ltda.	492/2014-SECONT/GAB	165	13/10/2014	1866/1932	1941/2038
Eurípedes Carvalho da Silva	493/2014-SECONT/GAB	166	16/10/2014	908/935	936/975
Expedido Apolinário Silva	494/2014-SECONT/GAB	167	07/10/2014	219/221	222/344
Francisco Silva Santos	495/2014-SECONT/GAB	168	22/10/2014	838/863	864/901
José Leonardo dos Santos	497/2014-SECONT/GAB	172	14/10/2014	1015/1020	1021/1034
Juliane dos Santos Berber	498/2014-SECONT/GAB	173	17/10/2014	977/978 e 2085/2201	Anexo III
Luiz Carlos Figueiredo da Silva	499/2014-SECONT/GAB	174	14/10/2014	1797/1847	-

\* Associado eletronicamente ao feito



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
 SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
 SECRETARIA DE CONTAS - 3ª DIVISÃO DE CONTAS

Fl.: 2314

Proc.: 23278/14

Rubrica

Responsável	Citação			Defesa	
	Número	Fl.	Data	Folhas	Anexos
Maria de Fátima Ribeiro Có	500/2014-SECONT/GAB	175	10/10/2014	977/978 e 2085/2201	Anexo III
Marta Rosane Cabral	501/2014-SECONT/GAB	176	09/10/2014	768/794	795/837
Pedro Luiz Rennó	502/2014-SECONT/GAB	177	10/10/2014	614/644	645/767
Sérgio Mesquita de Ávila Filho	503/2014-SECONT/GAB	178	10/10/2014	219/221	222/344
Vanda Alves da Rocha	504/2014-SECONT/GAB	179	10/10/2014	1744/1795	-
Zélia Maria de Andrade Santana	505/2014-SECONT/GAB	180	10/10/2014	1012	1013/1014

3.2. O Sr. ILDEU DE OLIVEIRA veio a falecer antes da citação inicial (fl. 171). Conforme a Decisão nº 4.664/2005, iremos excluí-lo da solidariedade pelos prejuízos identificados, ante a ausência de pressuposto de desenvolvimento regular do processo.

3.3. A empresa NELY CONSTRUÇÕES E LOGÍSTICA LTDA. deixou de apresentar defesa, desta forma, consoante o artigo 13, § 3º, da Lei Complementar nº 01/94, somos por propor ao c. Plenário que a considere revel.

#### 4. DA DEFESA

4.1. Inicialmente, iremos analisar as alegações preliminares apresentadas por cada defendente e, depois, as relativas aos achados de auditoria.

#### DA PRELIMINAR

##### Argumento

4.1.1. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ (fls. 614/618), a Sra. MARTA ROSANE CABRAL (fls. 770/771), o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS (fls. 838/840), o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA (fls. 908/910) e o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA (fls. 1106/1107), o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA (fls. 1529/1531), a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA (fls. 1745/1746) e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA (fls. 1798/1799) alegaram que, em sua vida, profissional ou particular, sempre foram honestos, éticos e que respeitaram a coisa pública.

\* Associado eletronicamente ao feito



4.1.2. O Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA (fls. 1529/1531), a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA (fls. 1745/1746) e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA (fls. 1798/1799) alegaram, ainda, que sempre exigiram das empresas contratadas que cumprissem na íntegra o que havia sido pactuado, inclusive determinaram o bloqueio de valores pagos indevidamente.

4.1.3. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ (fls. 614/618), a Sra. MARTA ROSANE CABRAL (fls. 770/771), o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS (fls. 838/840), o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA (fls. 908/910) e o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA (fls. 1106/1107) argumentaram, ainda, que foram designados apenas 06 executores de contrato para atestarem todo o serviço de limpeza urbana, sendo designados, extraoficialmente, os chefes e encarregados de núcleos, os quais seriam responsáveis pela fiscalização diária.

4.1.4. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ (fl. 616) alegou que havia acertado verbalmente com o Sr. DELIVAL que ele ficaria encarregado somente pela fiscalização da operação do Aterro (Contrato nº 31/2010) e operação das usinas de tratamento de resíduos sólidos (Contratos nºs 26/2010 e 14/2009), por fazer parte das atribuições do cargo que ocupava, Chefe da Divisão de Tratamento de Resíduos Sólidos.

4.1.5. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ (fl. 616) alegou que deixou de assinar as planilhas de medição por se considerar inseguro com relação ao assunto e propôs a oficialização da partição dos serviços em ata (Anexo II, fls. 656/657).

4.1.6. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ (fl. 614) alegou que solicitou a destituição da função de executor do contrato, o que estava ajustada para ser publicada em maio/2011 mas somente ocorreu em agosto/2011.

4.1.7. A Sra. MARTA ROSANE CABRAL (fls. 770/771) alegou que solicitou a destituição da função de executora do contrato por falta de condições de trabalho, a qual não foi deferida, e que tratou apenas da tramitação burocrática embasada nas planilhas de medições oriundas dos núcleos de limpeza.



4.1.8. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ (fl. 616) alegou que assinou apenas 03 planilhas de medição, mas no entendimento dele, atestou somente os serviços de operação de usina de tratamento de resíduos da Asa Sul.

4.1.9. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ (fl. 617) alegou que atuou como gestor do contrato mesmo sem designação formal quando exercia o cargo de Chefe da Divisão de Tratamento de Resíduos Sólidos, Gerente de Usinas e Diretor de Tratamento e Disposição Final, juntamente com os outros chefes de núcleos, apesar de nunca ter atestado as faturas, e que primava pela qualidade do serviço prestado, conforme comprova a documentação acostada ao Anexo IV (fls. 674/719).

4.1.10. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ (fl. 617) alegou que sempre foi zeloso, sendo ameaçado pela empresa DELTA CONSTRUÇÕES LTDA. quando executor do Contrato nº 26/2010 (cópia acostada ao Anexo V - fls. 721/722) e objeto de ação escusa da referida empresa comprovada pela reportagem publicada no Estadão (cópia acostada ao Anexo VI - fl. 724).

4.1.11. Os defendentes apresentaram trecho do Acórdão do TCU nº 1132/2007, onde, segundo interpretação dos mesmos, constitui atenuante da responsabilidade do agente público, desde que não haja comprovada negligência ou imprudência, a situação de acúmulo de funções e condições precárias de trabalho, causando dificuldades na fiscalização dos serviços contratados.

4.1.12. O Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA (fls. 1531), a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA (fls. 1746) e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA (fls. 1799) alegaram que, no período abrangido pela auditoria, não exerciam o cargo de Diretor de Limpeza Urbana junto ao SLU.

### **Análise**

4.1.13. A vida pessoal dos defendentes não é abrangida por estes autos. Quanto às atitudes profissionais, os atos praticados serão objeto de análise nos tópicos adiante.



4.1.14. Não houve indicação de quando a determinação de bloqueio de valores foi adotada ou a qual contrato se refere.

4.1.15. Os procedimentos "extraoficiais" não devem ser aceitos sem qualquer documentação que lhes deem suporte, ainda mais quando a responsabilidade pela fiscalização da execução do serviço, mesmo delegada, continua sendo dos executores formalmente designados.

4.1.16. A documentação acostada às folhas 656/657 não comprova a alegação de que havia a partição da fiscalização dos serviços, tendo em vista que o documento não foi subscrito pelos participantes da reunião.

4.1.17. A solicitação de destituição não desobriga os defendentes de exercerem as funções de executores do contrato enquanto ainda designados.

4.1.18. A verificação da efetividade da prestação de serviço, objeto dos ajustes em tela, é competência exclusiva dos executores do contrato. Os serviços somente seriam pagos, em sua integralidade, se o executor do contrato os atestasse. Não cabe afirmar que atestaram apenas parte dos serviços sem que haja, na documentação original, qualquer ressalva aposta pelos defendentes.

4.1.19. A alegação de que outros empregados apresentavam planilhas indicando os trabalhos executados não desobriga o executor do contrato de efetivamente fiscalizar os serviços prestados. Não cabe ao executor realizar somente o serviço burocrático.

4.1.20. A atuação do Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ como executor de contrato sem designação oficial não está sendo questionada nesta TCE. A responsabilização indicada nestas contas especiais é oriunda diretamente do exercício da função de executor de contrato.

4.1.21. A desavença entre o Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ e a empresa Delta Construções Ltda. foi noticiada no ESTADÃO, conforme documentação acostada à folha 724. Entretanto, a prova do motivo do desentendimento, apresentada pelo defendente, encontrava-se em ligações telefônicas não registradas e sem

\* Associado eletronicamente ao feito





confirmação em reunião com o então Diretor de Operações do SLU. A ausência de atos administrativos contrários à atestação dos serviços nos impede de aceitar a alegação e de afastar a responsabilidade pelo ressarcimento solidário do débito apurado.

4.1.22. Cabe acrescentar que o Tribunal de Contas da União - TCU não afastou a responsabilidade pelos danos apurados, conforme trecho do mencionado acórdão a seguir transcrito, assim como não houve a comprovação de ausência de negligência ou imprudência no presente caso.

"36. Contudo, sua responsabilidade pelo dano ora apurado não pode ser afastada. A uma, porque, nos termos do art. 13 do Decreto do GDF nº 16.098/1994, cabia a ele supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução, devendo apresentar relatórios quando do término de cada etapa ou sempre que solicitado pelo contratante. Assim sendo, competia ao citado, na qualidade de executor técnico do contrato firmado com a Associação Cristã Fonte da Vida, acompanhar sua execução, por meio de supervisões e fiscalizações, de modo a atestar a real execução de cada etapa prevista, condição essencial para a liquidação das despesas correspondentes. O que se verificou, no entanto, é que a entidade contratada recebeu a totalidade dos recursos previstos no contrato, mesmo não tendo demonstrado a execução integral do objeto contratado. A duas, porque a adoção dos procedimentos utilizados em outros exercícios, os quais já haviam sido condenados pelo TCDF, depõe contra o responsável. A três, porque o atesto apostado pelo executor técnico nos documentos apresentados pela Associação Cristã Fonte da Vida foi um elemento essencial para a realização dos pagamentos irregulares."

4.1.23. A Sra. MARTA ROSANE CABRAL (fls. 770/771), o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS (fls. 838/840), o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA (fls. 908/910) e o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA (fls. 1106/1107) não comprovaram a existência de acúmulo de funções ou de condições precárias que dificultavam a fiscalização da execução dos Contratos nº 26/2010, 27/2010 e 31/2010. Mesmo havendo qualquer das ocorrências citadas, a atenuante não dissolveria a solidariedade pelo prejuízo verificado pela equipe de auditoria.

4.1.24. Os defendentes alegaram que não foi encontrado pelos auditores nenhum valor atestado pelos executores, pago pelo SLU/DF à empresa DELTA, na



quantidade maior do que foi executado e nem nos valores unitários maiores do que foi pactuado.

4.1.25. Quanto ao prejuízo, iremos verificar a veracidade da informação nas análises dos achados de auditoria.

4.1.26. Apesar da alegação, os defendentes foram designados executores dos Contratos nº 26/2010 e 27/2010, por meio das Instruções SLU nº 08/2011 (DODF de 28/02/2011 – pgs. 44/45), 54/2011 (DODF de 07/07/2011 – pg. 36 e 52/2012 (DODF de 20/06/2012 – pg. 30).

4.1.27. Da análise das alegações preliminares da defesa, somos pelo indeferimento.

#### DOS ACHADOS DE AUDITORIA

4.2. Iremos analisar as alegações comuns aos contratos e detalhar os achados de auditoria que constatarem a existência de irregularidades que ocasionaram prejuízo ao erário.

4.3. Quanto à Decisão nº 544/2010

#### **Alegação**

4.3.1. O advogado da Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, do Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e da Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER alegou (fls. 2123/2124 e 2129) que a Decisão nº 544/2010 foi exarada anos após a execução dos contratos emergenciais, assim como da elaboração do orçamento base, e por este motivo não poderia ser utilizada. Apresentou índices de encargos sociais publicados pelo Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado de São Paulo - SEAC/SP, ano 2010, para serviços de limpeza hospitalar (107,87% a 129,00%), predial (92,54% a 101,25%) ou escolar (102,41% a 106,54%).

4.3.2. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS e o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA informaram

\* Associado eletronicamente ao feito





(fls. 619, 769, 840/841 e 1533/1534, respectivamente) que a equipe de auditoria citou a Decisão nº 544/2010 quando afirmou que a utilização da rubrica 'reserva técnica' deveria ser devidamente comprovada, sendo que o defendente não encontrou, na referida decisão, recomendação neste sentido.

4.3.3. A advogada da empresa CONSTRUTORA ARTEC LTDA. alegou (fls. 1334/1336) que a Lei nº 9.784/99, recepcionada pela Lei 2.834/01, dispõe que a interpretação retroativa de norma é vedada. Desta forma, não se poderia utilizar a Decisão nº 544/2010 como parâmetro para se afirmar que há suposto sobrepreço nos encargos sociais e no BDI, repisando o assunto nas folhas 1341/1344.

4.3.4. A advogada da empresa CONSTRUTORA ARTEC LTDA. alegou (fls. 1344/1345) que não é obrigatória a utilização de determinados parâmetros fixados pela Administração, indicando como fundamento o voto do exmo. Conselheiro Jorge Caetano (Processo nº 39.420/2008) e estudo realizado pelo STF (sem indicação de origem), assim como comentou que estudo (também sem indicação de origem) realizado pelo DIEESE/SINDUSCON/FIESP sobre encargos sociais de diaristas alcançou 131,19% e dos menselistas 82,24%.

4.3.5. A advogada da empresa CONSTRUTORA ARTEC LTDA. alegou (fls. 1345/1347) que o TCDF, em entendimento recente (Decisão nº 2.472/2013), adotou o percentual mínimo de 78,46% para encargos sociais e trabalhistas.

4.3.6. O advogado da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. alegou (fls. 1698/1699) e os advogados da empresa VALOR AMBIENTAL LTDA. alegaram (fls. 1879) que a Decisão nº 544/2010 não poderia retroagir.

4.3.7. O advogado da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. alegou (fl. 1700) que a Decisão nº 544/2010 não considerou a existência de discrepâncias de preços verificadas na Administração Pública Federal, Distrital, Estadual e Municipal, como também quanto aos critérios e verbas trabalhistas. Anotou que os estudos realizados pelos entes DIEESE/SINDUSCON/FIESP identificaram que os encargos sociais dos diaristas chegavam a 131,19% e dos menselistas era de 82,24%.



4.3.8. O advogado da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. alegou (fls. 1701/1702) que o assunto tratado no Processo nº 39.420/2008 demonstra que a adoção do percentual estipulado na Decisão nº 544/2010 não é adequado.

4.3.9. O advogado da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. alegou (fls. 1703/1705) que não possui regramento específico para definir a composição e o percentual máximo do BDI, dada a variedade de impostos que recaem sobre o faturamento, taxas de administração e lucro, não sendo possível estipular um percentual aceitável como o TCDF o fez na Decisão nº 544/2010. Citou que o DIOCAD/TCU realizou estudos sobre a inclusão de IRPJ e CSLL onde concluíram pelo remanejamento da rubrica para Lucro e Demais componentes, sem incluir a origem da transcrição.

4.3.10. O advogado da antiga empresa QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. transcreveu (fls. 1063/1064) a resposta do auditado sobre a utilização da Decisão nº 544/2010, da Lei 12.708/2012 e sobre a composição dos preços.

4.3.10.1. O advogado da antiga empresa QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. alegou (fls. 1075) que a Decisão nº 544/2010 trata de custos de serviço distinto, no caso, de vigilância.

4.3.11. O advogado da empresa ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. alegou (fl. 2052) que o contrato foi firmado em período anterior ao da decisão do TCDF e que o índice utilizado está dentro da média utilizada pelas referências da área de obras públicas (94,2%), sendo que o SINAPI, agosto de 2010, registrou 82,35% e o Sindicato da Construção Civil de João Pessoa – SINDUSCON JP adotou o percentual de 104,12%.

### **Análise**

4.3.12. A equipe de auditoria, nos §§ 66/67, justificou a utilização da referida decisão, sendo que o Tribunal não deliberou sobre o percentual a ser aplicado, apenas explicitou *“quais são os itens classificados como encargos sociais que devem ser levados para planilhas de custos*



*para mão-de-obra, consabido que esses custos decorrem de imposição da legislação federal trabalhista e da previdenciária social”.*

4.3.13. Como o estudo é oriundo de interpretação da Legislação Trabalhista e da Previdenciária, entendemos que a utilização deste resultado aplica-se ao caso tratado nesta TCE.

4.3.14. A Decisão nº 544/2010 apenas explicitou quais são os itens classificados como encargos sociais e que devem ser lançados nas planilhas de custos, pois esses decorrem da legislação trabalhista, não ocorrendo, na decisão citada, qualquer inovação normativa. O índice de 70,64% decorreu do estudo da legislação efetuado no âmbito do Processo nº 3.769/2004 e os percentuais divergentes deveriam ser justificados. Não ocorreu, por parte de todos os defendentes, a apresentação de justificativas para utilização de percentuais maiores do que o aceitável.

4.3.15. A inclusão de índices calculados pelo Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado de São Paulo - SEAC/SP, ano 2010\*, não refuta o cálculo efetuado pela equipe de auditoria, quando da edição da Decisão questionada, pois o referido sindicato inclui no cálculo de encargos sociais, no caso de limpeza hospitalar, sendo que o pagamento é mensal, descanso semanal remunerado (14,53%) e feriados (4,24%), assim como não justificou os percentuais não referenciados na legislação aplicável, como por exemplo, férias, licença paternidade, aviso prévio, dentre outros, que podem ter sido contemplados em acordos/convenções coletivas de trabalho que envolvam apenas empregados da região do Estado de São Paulo.

4.3.16. O índice apresentado como sendo de estudo do DIEESE/SINDUSCON/FIESP é relativo a empregados domésticos, não se aplicando ao caso, ainda mais quando não houve os detalhamentos de suas composições.

\* Associado eletronicamente ao feito



4.3.17. A equipe de auditoria utilizou os parâmetros contidos na referida decisão para justificar o questionamento sobre o percentual do encargo social utilizado nas planilhas de custos e não sobre a utilização da mencionada rubrica.

4.3.18. A Decisão nº 4.446/2009, cuja deliberação abarcou o referido relatório do exmo. Conselheiro Jorge Caetano, alertou ao Poder Executivo quanto à necessidade de regulamentação relativa aos percentuais de encargos sociais e BDI, a serem aplicados nos contratos de vigilância armada e desarmada, firmados no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, demonstrando a intenção de se impor limites aos percentuais utilizados.

4.3.19. Os termos da Decisão nº 2.472/2013 são os a seguir transcritos.

“II) determinar à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - Caesb que, com fundamento no art. 198 do RITCDF, c/c o art. 113, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993, suspenda a Concorrência nº 04/2013, até ulterior deliberação desta Corte, para a apresentação de justificativas ou adoção de medidas corretivas em razão das seguintes irregularidades: (...) d) não observância, no item 7.1.8 do Termo de Referência e nas Planilhas de Custos e Formação de Preços de vigilância humana desarmada, dos benefícios dispostos na Cláusula Sexagésima Terceira da Convenção Coletiva de Trabalho para o ano de 2013, celebrada entre o Sindicato dos Empregados de Empresa de Segurança e Vigilância do DF e o Sindicato de Empresas de Segurança Privada, Sistemas de Segurança Eletrônica, Cursos de Formação e Transporte de Valores no DF, com relação ao percentual mínimo de 78,46% para os Encargos Sociais e Trabalhistas;”

4.3.20. Não houve, na referida decisão, a aceitação do índice de 78,46% como percentual mínimo para os encargos sociais e trabalhistas.

4.3.21. O Processo nº 39.420/2008 tratou de examinar o Edital de Concorrência Pública nº 04/2008 – SE. O Tribunal, por meio da Decisão nº 4.446/2009, deliberou por “alertar o Poder Executivo quanto à necessidade de regulamentação relativa aos percentuais de encargos sociais e BDI, a serem aplicados nos contratos de vigilância armada e desarmada, firmados no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal”.



4.3.22. Posteriormente, o Tribunal realizou o acompanhamento da execução dos contratos oriundos da Concorrência Pública nº 04/2008 – SE, sendo que a auditoria realizada verificou a existência de prejuízo causado pelo sobrepreço na contratação de vigilância patrimonial, danos ao erário confirmados pela Decisão nº 869/2010, na qual o Tribunal determinou à Secretaria de Estado de Educação a glosa mensal de mais de R\$ 300.000,00 em cada contrato.

4.3.23. O Tribunal, aperfeiçoando seu entendimento, ao realizar estudos, deliberou por considerar razoável a aplicação do índice de 70,64% para encargos sociais e de 30% para o BDI, sendo que valores maiores deveriam ser justificados, demonstrando que não houve fixação de limite para os referidos percentuais. Não houve a demonstração cabal, por parte dos defendentes, de que o percentual majorado estaria correto.

4.3.24. Não houve a demonstração de que o percentual do BDI estava correto, assim como a utilização da base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

4.3.25. A resposta do jurisdicionado foi analisada pela equipe de auditoria nos §§ 215 ao 229 do Relatório Final de Auditoria (fls. 64/68), onde foram refutadas as considerações apresentadas pelo SLU, transcritas pelo defendente.

4.3.26. A alegação de que o percentual utilizado se encontra dentro do intervalo compreendido entre o valor calculado pelo SINAPI e pelo Sindicato da Construção Civil de João Pessoa – SINDUSCON JP não justifica a utilização do percentual de 94,2% pela empresa ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. que deveria detalhar as composições dos custos que subsidiariam a adoção do referido percentual.

4.3.27. A utilização da Decisão nº 544/2010 como parâmetro, mesmo tratando de prestação de serviço distinto, não invalida a utilização do valor percentual de 70,64% como máximo aceitável, sendo que percentuais superiores deverão ser justificados. Cabe acrescentar que nenhum dos defendentes apresentou esclarecimentos capazes de comprovar a utilização adequada de percentual superior ao firmado no referido *decisum*.

\* Associado eletronicamente ao feito



4.4. Quanto à reserva técnica

**Argumento**

4.4.1. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 618, 769, 840, 911, 1108, 1533, 1747 e 1800/1801, respectivamente) que a rubrica 'reserva técnica' estava prevista em todos os contratos do SLU/DF, assim como no Edital de Licitação nº 003/2007. O edital em comento, segundo informações dos defendentes, foi objeto de análise em diferentes órgãos de fiscalização do GDF, inclusive do TCDF, sem que houvesse qualquer questionamento sobre a inclusão da referida rubrica nas planilhas de custos. Às fls. 619/621, 772/773, 841/842 e 911/914, 1108/1113, 1534/1537, 1749/1752 e 1802/1805, respectivamente, os defendentes alegaram que a utilização da reserva técnica ocorre quando os serviços são solicitados na quantidade necessária e são executados e apresentou precedentes do TCU onde a supressão da cláusula que previa a rubrica em questão deveria ocorrer nos procedimentos futuros, ou seja, não houve a obrigatoriedade de ressarcimentos das despesas consideradas irregulares por aquela Corte de Contas.

4.4.2. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 622/624, 774/776, 844/845, 915/916, 1115/1118, 1540/1544, 1755/1759 e 1808/1812, respectivamente) que a previsão de serviços diversos é de extrema importância, desempenhando as seguintes atividades: roçagem, varrição dos detritos oriundos das roçagens, varrição de estacionamento, onde ocorreram eventos, sendo faturada por m², o que diferencia da varrição normal que é faturada por metro linear.





4.4.2.1. Os defendentes alegaram, ainda, que a quantidade de equipes de garis, que prestaram serviço na modalidade “Serviços Diversos”, foi superior à mínima prevista no edital, o que comprova não ter havido descontinuidade do serviço e que o custo de cada servente por mês era inferior ao de varrição manual e pintura de meio-fio e um pouco superior ao de catação de papeis.

4.4.3. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 626, 778/779, 847/848, 919, 1122 e 1549, 1763/1764 e 1816/1817, respectivamente) que o serviço de varrição mecanizada era utilizado conforme a necessidade, cuja avaliação era realizada pelos executores do contrato após vistoria do local. Portanto, não era realizado todo o quantitativo pactuado quando não necessário e que o valor relativo à reserva técnica acompanhou, proporcionalmente, a quantidade de serviço executado (fls. 627, 779, 848, 918, 1121, 1548, 1763 e 1816, respectivamente).

4.4.4. O Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fl. 1538, 1752 e 1805/1806, respectivamente) que a mudança de entendimento sobre a inclusão de reserva técnica ocorreu a partir de 2010.

#### **Análise**

4.4.5. A utilização dos itens previstos em edital somente pode ser aferida na execução do contrato. A análise do edital de licitação e dos documentos que o acompanham é formal, sendo que a irregularidade somente foi verificada na execução, pois utilizar os recursos disponibilizados como “Serviços Diversos” para suprir as carências momentâneas em outros serviços, ainda mais existindo a rubrica “Reserva Técnica” própria, implicou pagamento em duplicidade.



4.4.6. A inclusão de item denominado “Reserva Técnica” é aceitável quando não há, no contrato, previsão de outras rubricas redundantes, que no caso em tela se tratou do item “Serviços Diversos”.

4.4.7. Os precedentes apontados não são similares às constatações feitas pela equipe de auditoria, tendo em vista que não se está questionando a existência de reserva técnica, mas a utilização dos recursos previstos na rubrica serviços diversos para preencher ausências ou serviços adicionais.

4.4.8. A equipe de auditoria verificou que os serviços faturados na rubrica Serviços Diversos estavam sendo utilizados nos serviços abrangidos pela rubrica Reserva Técnica e que os serviços faturados como Reserva Técnica não foram executados.

4.4.9. O Controle Interno verificou que a jurisdicionada pagou valores relativos à reserva técnica sendo que a empresa executava apenas 57,07% dos serviços previstos no Contrato nº 26/2010 (§ 104 do Relatório Final de Auditoria, fl. 39), fato ratificado pelos defendentes.

4.4.10. O valor relativo à reserva técnica deveria ser pago somente se houvesse sua utilização e não como uma “taxa adicional” conforme informado.

4.4.11. A equipe de auditoria verificou que o pagamento da reserva técnica não se justificava diante da utilização da rubrica Serviços Diversos quando se necessitava de acréscimo no serviço.

4.5. Quanto à Concorrência nº 03/2007 – CEL/SLU

### **Argumento**

4.5.1. O advogado da Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, do Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e da Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER alegou (fl. 2124) que o Tribunal e o MPJTCDF, ao analisarem a Concorrência nº 03/2007 – CEL/SLU, nunca questionaram o percentual de encargos sociais na ordem de 92%.



Acrescentou (fl. 2130) que ocorreu o mesmo no caso da inclusão de IRPJ e CSLL no BDI.

4.5.2. O advogado da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. alegou (fls. 1697/1699) que o Edital da Concorrência nº 03/2007 – CEL/SLU atendeu todas as determinações do TCDF, quanto aos percentuais relativos aos encargos sociais e BDI.

4.5.3. Os advogados da empresa VALOR AMBIENTAL LTDA. alegaram (fls. 1917/1918) que o procedimento licitatório foi analisado pelo TCDF, o que conferiria ao resultado da Concorrência nº 003/2007 – CEL/SLU a legalidade necessária, ratificando as propostas apresentadas como compatíveis com o mercado.

#### **Análise**

4.5.4. A ocorrência de não questionamento, à época, por parte deste Tribunal, não impede a atuação, *a tergo*, desta Corte de Contas, assim como a ausência de fiscalização, à época, não tornam regulares os atos praticados.

4.5.5. O Tribunal, no âmbito do Processo nº 34.768/2007, tomou conhecimento da planilha de custos estimados da licitação em comento, mediante Decisão nº 6.321/2008. Entretanto, as decisões se ativeram a analisar apenas o aspecto formal do edital de licitação e não sua homologação. Desta forma, não houve ratificação dos preços contratados.

4.5.6. Cabe acrescentar que a Informação nº 233/2007 analisou os preços inicialmente estimados, entretanto, a modificação do edital de licitação, inclusive na precificação dos lotes, não foi objeto de análise detalhada por este Corpo Técnico, mediante a Informação nº 112/2008 – 3ª ICE/Divisão de Auditoria, conforme voto condutor da Decisão nº 6.321/2008, considerando que o Processo nº 34.768/2007 tratava de representações apresentadas pelas Empresas JULIO SIMÕES TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA. e CONTAGEM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS.

\* Associado eletronicamente ao feito



4.5.7. A planilha de custos integrante do referido edital de licitação apresentou apenas o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme disposto no artigo 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993. A apresentação da proposta deveria ajustar os valores dos encargos sociais devidos à época e não utilizar este subterfúgio para aumentar sua margem de lucro.

4.6. Quanto à produtividade da varrição

**Argumento**

4.6.1. O advogado da Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, do Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e da Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER alegou (fl. 2139 e 2141) que *“a definição de parâmetros de produtividade determina, por decorrência, o padrão de qualidade dos serviços.”* Alegou, ainda, que a equipe de auditoria interferiu no padrão de qualidade dos serviços prestados, cuja competência para estipulá-la é do SLU/DF.

4.6.2. O advogado da Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, do Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e da Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER alegou (fl. 2141) que a produtividade dos varredores que atuavam em outros trechos no Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP era de 600 metros /dia de sarjetas.

4.6.3. O advogado da Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, do Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e da Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER alegou (fl. 2142) que a produtividade a ser considerada é a utilizada pelo SLU/DF com base em dados consolidados no próprio órgão.

4.6.4. A advogada da empresa CONSTRUTORA ARTEC LTDA. alegou (fls. 1336/1341) que os estudos sobre produtividade da varrição manual e mecânica utilizados não foram realizados no Distrito Federal. Citou: o estudo realizado por FLINTOFF em 1984 (Nova Delli/Índia) onde chegou ao índice de produtividade variando de 1.500 a 10.000 m de sarjeta/gari/dia, e o feito por ZEPEDA em 1994 (Buenos Aires/Argentina) onde alcançou o índice de 2.000 a 4.000 m de sarjeta/gari/dia; o trabalho realizado pelo Instituto Brasileiro de

\* Associado eletronicamente ao feito



Administração Municipal - IBAM, por meio do Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas - CPU e da Escola Nacional de Serviços Urbanos – ENSUR, onde elaborou, em 1991, a ‘Cartilha de Limpeza Urbana’ estimando em 1.440 m de sarjeta/gari/dia; o trabalho realizado pela Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte – SLU/BH, onde definiu como parâmetro a produtividade mínima e média em 1.000 m de sarjeta/gari/dia; e o artigo Análise do Desempenho dos Serviços de Varrição na Região Central de Goiânia, onde o índice encontrado foi o de 1.440 m de sarjeta/gari/dia, buscando justificar a produtividade constante nos ajustes.

4.6.5. O advogado da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. alegou (fl. 1689) que os estudos utilizados não foram feitos para o Distrito Federal, trazendo realidades diferentes da vivenciada na Capital Federal.

4.6.5.1. O advogado da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. citou (fl. 1690/1692) as literaturas técnicas escritas por FLINTOFF, ZEPEDA, IBAM e Prefeitura de Salvador/BA e a metodologia adotada pela Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte/MG, com o intuito de concluir que a produtividade de 1.800 metros de sarjeta/gari/dia se justificava.

4.6.5.2. O advogado da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. alegou (fl. 1692) que a remuneração da empresa era por quilômetro varrido e não por varredor.

4.6.6. O advogado da antiga empresa QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. alegou (fl. 1075) que as referências adotadas para averiguarem a existência de prejuízo na execução do serviço de varrição manual é apenas conceitual, carecendo de uma aferição concreta da realidade.

4.6.7. Os advogados da empresa VALOR AMBIENTAL LTDA. alegaram (fls. 1872/1874) que existem diversos fatores que influenciam a produtividade média da varrição manual. Apresentaram trecho da publicação Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil – João Pessoa/PB 2003 onde se supõe a existência de varrição da sarjeta juntamente com passeios e observa contradição

\* Associado eletronicamente ao feito



nos índices de produtividade apresentados pela CETESB, 2.000 a 3.000 e 4.000 metros de sarjeta/gari/dia, e alegaram que deveria ser aceito a produtividade de 1.825 metros de sarjeta/gari/dia ao utilizarem o menor índice apresentado pela CETESB para o cálculo.

4.6.8. Os advogados da empresa VALOR AMBIENTAL LTDA. alegaram (fl. 1875) que a produtividade indicada na citada publicação se refere à faixa de 1 metro de largura na linha de sarjeta e não ao eixo da via e que a indicação de 1.300 a 1.500 m<sup>2</sup>/dia se ajustaria ao caso, indicando que a publicação Resíduos Sólidos: Otimização do Sistema de Varrição Pública, ReCESA/2009 apontou o rendimento de 1.500 metros quadrados por varredor/dia (fl. 117 do anexo IV\* do Processo nº 13.265/2012).

4.6.9. Os advogados da empresa VALOR AMBIENTAL LTDA. alegaram (fl. 1876) que a cidade de João Pessoa/PB, em informação prestada ao SNIS, possuía 828 varredores no quadro próprio e foram varridos, em 2003, 85.580 km e 180 varredores terceirizados que varreram 31.010 km, provando que a produtividade real estava muito abaixo do calculado pela equipe de auditoria.

4.6.10. Os advogados da empresa VALOR AMBIENTAL LTDA. alegaram (fls. 1877) que a pesquisa SNIS/2006 (fl. 1946) apresentou um índice de produtividade de 1,7 km de sarjeta/varredor/dia.

4.6.11. Os advogados da empresa VALOR AMBIENTAL LTDA. alegaram (fls. 1878 e 1899/1901) que a produtividade prevista no contrato encontra-se em perfeita consonância com os valores reais de produtividade, indicando, por último, que a produtividade média encontrada pela pesquisa SNIS/2006 foi de 1.400 metros de sarjeta/gari/dia.

4.6.12. O advogado da empresa ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. alegou (fl. 2045) que o índice de produtividade calculado pela equipe de auditoria não tinha pressupostos válidos, tampouco razoabilidade, tendo em vista que o DF foi mapeado e dividido em zonas para melhor atendimento da demanda.

\* Associado eletronicamente ao feito





4.6.13. O advogado da empresa ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. alegou (fls. 2049/2050) que a produtividade média é influenciada por diversos fatores.

4.6.14. O advogado da empresa ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. alegou (fl. 2051) que a produtividade média da varrição manual medida pela CETESB, para uma jornada diária de 7,3 horas, era de 1.825 metros de sarjeta/gari/dia, diferentemente da utilizada pelo TCDF de 3.200 a 3.600 metros de sarjeta/gari/dia.

4.6.15. O advogado da empresa ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. alegou (fl. 2050) que o entendimento de que a produtividade de 1.450 metros indicada no texto anterior trata-se de eixo de via é incorreta.

4.6.16. O advogado da empresa ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. alegou (fls. 2051/2052) que o índice de produtividade de 1.400 m<sup>2</sup> de varrição/gari/dia, considerando a faixa de 1 metro, é compatível com a indicada na publicação, de 1.300 a 1.500 m<sup>2</sup> de via/gari/dia.

### **Análise**

4.6.17. O trabalho da equipe de auditoria utilizou estudos que levaram em consideração a qualidade do serviço.

4.6.18. A equipe de auditoria justificou que *“a literatura em questão é a especializada, técnica, em geral produzida no meio acadêmico, por professores e pesquisadores, e de cunho essencialmente prático.”*

4.6.19. Temos que FLINTOFF chegou a uma produtividade de 1.500 a 10.000 metros de sarjeta/gari/dia, ZEPEDA, 2.000 a 4.000, IBAM, 1.440, a superintendência, 1.000 a 1.200, sendo que posteriormente chegou a estimar a produtividade entre 1.220 a 2.546,19, e a Prefeitura, 2.190 a 2.336, demonstrando adequado o índice de produtividade adotado pela equipe de auditoria (2.900 m de sarjeta/gari/dia).

\* Associado eletronicamente ao feito



4.6.20. O defendente não apontou estudos ou publicações especializadas que suportassem a alegação, com relação aos índices referentes ao estado do Rio de Janeiro ou São Paulo, assim como algum trabalho do SLU/DF sobre o assunto.

4.6.21. O valor apresentado, na Cartilha de Limpeza Urbana, elaborada pelo IBAM, trata de um problema conceitual para o cálculo do número de garis necessários para se realizar a varrição de uma área hipotética, não se tratando de resultado de estudo.

4.6.22. No estudo realizado pela Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte – SLU/BH (fls. 1339/1340), a média simples calculada com os dados fornecidos pela defendente alcança o índice de 1.738,34 m de sarjeta/gari/dia, diferente do alegado 1.000 m de sarjeta/gari/dia.

4.6.23. A Construtora ARTEC Ltda. deixou de apresentar os dados relativos à produtividade no estudo apresentado no 21º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental (fl. 1490).

4.6.24. A Análise do Desempenho dos Serviços de Varrição na Região Central de Goiânia (fls. 1495/1528) calculou, no item 3 – Resultados e Discussões, a média de varrição diária em 1.900 m de eixo de via por gari (fl. 1506). Considerando que o eixo de via possui sarjeta dos dois lados, a média seria de 3.800 m de sarjeta/gari/dia.

4.6.25. A empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. deixou de apresentar as características do Distrito Federal que divergem das localidades escolhidas pelos estudos em questão. Por outro lado, este mesmo advogado utilizou estudos realizados em outras localidades para comprovar a adequação da produtividade questionada pela equipe de auditoria.

4.6.25.1. A conclusão a que chegou a empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. não se suporta apenas apresentando as conclusões dos estudos acima, já que a produtividade de 1.800 metros de sarjeta/gari/dia está abaixo do menor índice encontrado por ZEPEDA e pela Prefeitura de Salvador/BA, não chega nem



perto da média simples dos índices apresentados por FLINTOFF e está acima do índice do IBAM.

4.6.26. A planilha de custo apresentada pela empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A., para se chegar ao valor do quilômetro varrido, levou em consideração a quantidade de varredores que seriam necessários para concluir o serviço comprovando que a produtividade influencia diretamente no valor faturado.

4.6.26.1. A empresa VALOR AMBIENTAL LTDA. deixou de demonstrar que houve a varrição conjunta, sempre, das sarjetas e das calçadas. A utilização usual de maior quantidade de mão-de-obra para execução dos serviços, sem justificativa, não deve ser suportada pela Administração.

4.6.27. O trecho da publicação Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos no Brasil – João Pessoa/PA 2003 informa que, no caso, deve-se dar prioridade à limpeza da sarjeta e processar a limpeza do passeio quando sujo, indicando eventualidade. A inconsistência das médias da produtividade de varrição manual apresentada pela CETESB nos impede de utilizá-las como parâmetro.

4.6.28. O texto “Resíduos Sólidos: Otimização do Sistema de Varrição Pública, ReCESA/2009” afirma que *“os dados práticos obtidos na cidade de João Pessoa são 1.450 m por homem por dia, utilizando-se faixa de 1m de linear de varrição”* (fl. 97 do anexo V\* do Processo nº 13.265/2012). Assiste razão ao defendente. Entretanto, trecho apresentado pelo defendente (fls. 1873/1874) indicou que, diante dos dados pesquisados, 1 varredor varreria em torno de 3.200 a 3.600 metros de sarjeta por dia.

4.6.29. O autor recomendou, explicitamente, que a produtividade linear esperada era de 3.200 a 3.600 metros de sarjeta/gari/dia, se considerarmos que a produtividade por área deveria ser de 1.300 a 1.500 m<sup>2</sup> de via/gari/dia, verificamos que, em média, o autor entendeu que se varreria 0,4 metros de largura e não 1 metro, que seria a margem média aplicável.

\* Associado eletronicamente ao feito



4.6.30. A comparação nominal de unidades diferentes não deve ser utilizada, ou seja, a equipe de auditoria calculou a produtividade em metros lineares de sarjeta por gari por dia, não podendo ser comparada com a indicada pelo defendente, metros quadrados por gari por via, sem a devida conversão, pois não há garantia de que a publicação considerou que o varredor cobriria sempre uma faixa de 1 metro de via.

4.6.31. A tabela 3.41 (pesquisa SNIS/2006 – fl. 1946) apresenta uma variação de produtividade de 200 m de sarjeta/gari/dia a 4.900 m de sarjeta/gari/dia. O cálculo efetuado pela equipe de auditoria encontra-se neste intervalo.

4.6.32. O defendente não comprovou que a produtividade indicada no contrato se aproximou da realidade.

4.6.33. Achado 1 – Sobrepreço na contratação pela utilização, na composição de custos, de índices de produtividade inadequados, excessivo percentual de encargos sociais e pela inclusão indevida de impostos e contribuições no BDI (fls. 17/36)

Responsáveis (§ 88 – fls. 35/36)	Prejuízo imputado
Maria de Fátima Ribeiro Có Divino Dias de Santana Juliane Berber Delta Construções S/A	R\$ 11.946.032,16

4.6.33.1. A equipe de auditoria verificou a adequabilidade em se aplicar o desvio de 10% nos preços praticados em relação aos de mercado. Após o cotejamento realizado em cada serviço, verificaram sobrepreço na execução do Contrato nº 26/2010 no item varrição manual de vias e logradouros, no montante de R\$ 8.476.743,03, e varrição mecanizada de vias, no montante de R\$ 221.976,55. Enquanto que no Contrato nº 27/2010, verificaram sobrepreço no item varrição manual de vias e logradouros, no montante de R\$ 3.212.179,42, e



lavagem de vias, no montante de R\$ 35.133,15. Esta verificação gerou o prejuízo nominal de R\$ 11.946.032,16.

4.6.33.2. A jurisdicionada questionou a equipe de auditoria sobre a possível compensação da glosa no valor de R\$ 2.400.193,62, a ser acrescida de R\$ 232.674,23, no ressarcimento ao erário em questão. Entretanto, esta glosa não é relativa às despesas objeto desta TCE, sendo que os motivos foram: repactuação paga a maior, custo fixo de compactadores, pagamento em duplicidade e ressarcimento por despesas com água e luz, os quais poderão vir a ser compensados pela citada glosa.

#### **Argumento**

4.6.33.3. O advogado da Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, do Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e da Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER alegou (fls. 2118/2120) que *“não houve o alegado sobrepreço, haja vista que os contratos emergenciais já haviam sido objeto de análise por esse Eg. Tribunal, não tendo sido questionado o preço praticado, e o projeto básico que ensejou os contratos 14/2009, 26/2010 e 27/2010 teve a chancela do TCDF.”*

#### **Análise**

4.6.33.4. O Processo nº 17.863/2007 trata de análise formal dos Contratos nº 07 a 12/2007, não adentrando nos valores contratados. A equipe de auditoria verificou prejuízo na execução do Contrato nº 07/2007 (Achado 4), 08/2007 (Achado 7), 09/2007 (Achado 6) e 12/2007 (Achado 5).

4.6.33.5. O Processo nº 1.405/2008 trata de análise formal dos Contratos nº 20 a 26/2007, não adentrando nos valores contratados. A equipe de auditoria verificou prejuízo na execução do Contrato nº 20/2007 (Achado 4), 21/2007 (Achado 5), 24/2007 (Achado 7), 25/2007 (Achado 9) e 26/2007 (Achado 8).

4.6.33.6. O Processo nº 23.353/2008 trata de análise formal dos Contratos nº 08 a 14/2008, não adentrando nos valores contratados. A equipe de auditoria

\* Associado eletronicamente ao feito



verificou prejuízo na execução do Contrato nº 08/2008 (Achado 9), 09/2008 (Achado 8), 10/2008 (Achado 4), 11/2008 (Achado 5) e 13/2008 (Achado 7).

4.6.33.7. O Processo nº 870/2009 trata de análise formal dos Contratos nº 19 a 26/2008, não adentrando nos valores contratados. A equipe de auditoria verificou prejuízo na execução do Contrato nº 19/2008 (Achado 9), 20/2008 (Achado 8), 21/2008 (Achado 4), 22/2008 (Achado 5), 24/2008 (Achado 7) e 26/2008 (Achado 6).

4.6.33.8. O Processo nº 21.061/2009 trata de análise formal dos Contratos nº 06 a 13/2009 e 15 a 23/2009, não adentrando nos valores contratados. A equipe de auditoria verificou prejuízo na execução do Contrato nº 06/2009 (Achado 9), 07/2009, 15/2009 e 16/2009 (Achado 8), 08/2009 e 19/2009 (Achado 4), 09/2009 e 20/2009 (Achado 5), 11/2009 e 21/2009 (Achado 7) e 13/2009 e 23/2009 (Achado 6).

4.6.33.9. O Processo nº 2.984/2010 trata da análise formal dos Contratos nº 32 a 35/2009 e 37/2009, não adentrando nos valores contratados. A equipe de auditoria verificou prejuízo na execução do Contrato nº 32/2009 (Achado 4), 33/2009 (Achado 6), 34/2009 (Achado 5) e 35/2009 (Achado 7).

4.6.33.10. O Processo nº 28.691/2011 trata da análise formal dos Contratos nº 11/2007, 23/2007, 09/2008, 20/2008, 07/2009, 15/2009, 41/2009, 09/2010, 31/2010 e 05/2011, não adentrando nos valores contratados. A equipe de auditoria verificou prejuízo na execução do Contrato nº 41/2009, 09/2010 e 31/2010 (Achado 8).

4.6.33.11. Considerando que este Tribunal, nos processos citados, analisou apenas o aspecto formal das contratações emergenciais e, posteriormente, a auditoria identificou sobrepreço em diversos contratos, entendemos que não houve, por parte do TCDF, a confirmação da regularidade do projeto básico questionado.





## **Argumento**

4.6.33.12. O advogado da Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÔ, do Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e da Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER alegou (fl. 2124) que o SLU/DF utilizava como base de dados o percentual de encargos sociais referente ao segmento de asseio e conservação.

4.6.33.13. O defendente apresentou (fls. 2124/2129): a tabela de percentuais que a SEAC/SP elaborou em 2010 (documento 14 do anexo III) para serviços de limpeza hospitalar, limpeza predial e limpeza escolar, variando de 92,54% a 129,00%; a tabela SINAPI (documento 14 do anexo III), indicando o percentual de 122,54%; o artigo *A batalha dos encargos sociais*, indicando o percentual de 102,06%, segundo o Convênio SE/TEM Nº. 04/2003-DIEESE –Abril/2006; a publicação *Terceirização com segurança*, indicando o percentual de 99,11%; e a publicação *Formação de preços de serviços e produtos*, indicando o percentual de 84,42% ou de 85,64%, dependendo do caso.

## **Análise**

4.6.33.14. O defendente não comprovou que o SLU/DF utilizou como base de cálculo, para estimar os custos dos encargos sociais, o índice referente à prestação de serviço de asseio e conservação, assim como, em caso da veracidade da alegação, a aplicabilidade do referido percentual aos serviços de limpeza urbana, tendo em vista que o serviço de asseio e conservação se refere, primordialmente, à limpeza predial.

4.6.33.15. Apesar das referências utilizadas, que são relativas à prestação de serviço de asseio e conservação predial, o defendente não demonstrou que o percentual utilizado, no caso de limpeza urbana, era o correto. Pois não detalhou os encargos sociais aplicáveis ao caso, ao contrário do estudo que culminou na Decisão nº 544/2010.



## Argumento

4.6.33.16. O advogado da Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÔ, do Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e da Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER alegou (fls. 2130/2138) que o IRPJ e a CSLL são custos efetivos que integram a composição do preço das empresas brasileiras, citando a Nota Técnica nº 3/2009 – SCI/STF, o artigo *A nova polêmica do BDI e a publicação Formação de preços de serviços e produtos*, buscando justificar a existência dos referidos tributos no BDI.

## Análise

4.6.33.17. A equipe de auditoria verificou que os citados tributos utilizavam o valor integral da fatura como base de cálculo, ao invés do lucro, que seria uma parcela daquele valor, majorando os valores do IRPJ e da CSLL (§ 44 do Relatório Final de Auditoria – fl. 22).

4.6.33.18. O defendente acostou ao anexo a Nota Técnica nº 1/2007 – SCI/STF (documento 14 do anexo III) e não a de nº 3/2009 – SCI/STF. Não consta, naquele documento, a possibilidade de inclusão dos referidos tributos no BDI, pois o item 7, daquela nota, lista somente o ISS, PIS e COFINS. Cabe acrescentar que a nota técnica alegada, 3/2009 – SCI/STF<sup>2</sup>, trata unicamente de obras e serviços de engenharia.

4.6.33.19. O artigo *A nova polêmica do BDI* não justifica a existência do IRPJ e da CSLL no BDI, apenas registrando que, em meados de 2008, o TCU entendeu que a mera existência destes tributos na composição do BDI, por si só, não caracteriza prejuízo. Considerando que a equipe de auditoria verificou superfaturamento no cálculo do imposto e da contribuição citados, o deliberado pelo TCU não afasta a irregularidade.

<sup>2</sup> <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/sobreStfEstudoSci/anexo/nota3.pdf>

\* Associado eletronicamente ao feito



4.6.33.20. O trecho da publicação *Formação de preços de serviços e produtos* citado pelo defendente apenas informa como se procede ao cálculo do IRPJ e da CSLL, ratificando o entendimento da equipe de auditoria.

### **Argumento**

4.6.33.21. O advogado da Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, do Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e da Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER incorporou à sua defesa as alegações apresentadas pela empresa VALOR AMBIENTAL LTDA. (fl. 2144/2154 e 2193/2198).

### **Análise**

4.6.33.22. As alegações apresentadas pela empresa VALOR AMBIENTAL LTDA. foram analisadas nos parágrafos 4.3.12 ao 4.3.27, 4.5.4 ao 4.5.7, 4.6.17 ao 4.6.32, 4.6.40.3 ao 4.6.40.28 e 4.6.42.3 ao 4.6.42.18 e consideradas improcedentes.

### **Argumento**

4.6.33.23. O advogado da Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, do Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e da Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER incorporou à sua defesa as alegações apresentadas pela empresa CONSTRUTORA ARTEC LTDA. (fls. 2154/2158).

### **Análise**

4.6.33.24. As alegações apresentadas pela empresa CONSTRUTORA ARTEC LTDA. foram analisadas nos parágrafos 4.3.12 ao 4.3.27, 4.6.17 ao 4.6.32 e 4.6.36.19 ao 4.6.36.28 e consideradas improcedentes.

### **Argumento**

4.6.33.25. O advogado da Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, do Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e da Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER incorporou à sua defesa as alegações apresentadas sobre o sobrepeso identificado

\* Associado eletronicamente ao feito



no contrato firmado com a empresa CONSTRUTORA NELY LTDA. (fls. 2158/2162).

### **Análise**

4.6.33.26. As alegações referentes à execução do serviço prestado pela empresa CONSTRUTORA NELY LTDA. são análogas às oferecidas pelo advogado da Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, as quais foram analisadas nos §§ 4.6.37.12 ao 4.6.37.14 e foram consideradas improcedentes.

### **Argumento**

4.6.33.27. O advogado da Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, do Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e da Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER incorporou à sua defesa as alegações apresentadas pela empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. (fls. 2162/2172).

### **Análise**

4.6.33.28. As alegações apresentadas pela empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. foram analisadas nos parágrafos 4.3.12 ao 4.3.27, 4.5.4 ao 4.5.7, 4.6.17 ao 4.6.32, 4.6.35.7 ao 4.6.35.10 e 4.6.38.3 ao 4.6.38.18 e consideradas improcedentes.

### **Argumento**

4.6.33.29. O advogado da Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, do Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e da Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER incorporou à sua defesa as alegações apresentadas pela empresa ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. (fl. 2172/2182).

### **Análise**

4.6.33.30. As alegações apresentadas pela empresa ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. foram analisadas nos parágrafos 4.3.12 ao 4.3.27, 4.6.17 ao 4.6.32 e 4.6.41.3 ao 4.6.41.27 e consideradas improcedentes.



### **Argumento**

4.6.33.31. O advogado da Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, do Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e da Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER incorporou à sua defesa as alegações apresentadas pela empresa QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. (fls. 2183/2192).

### **Análise**

4.6.33.32. As alegações apresentadas pela empresa QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. foram analisadas nos parágrafos 4.3.12 ao 4.3.27, 4.6.17 ao 4.6.32 e 4.6.39.7 ao 4.6.39.24 e consideradas improcedentes.

### **Argumento**

4.6.33.33. O advogado da Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, do Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e da Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER alegou (fls. 2193/2194) que a auditoria deveria verificar a temporalidade dos preços somente dos contratos emergenciais, enquanto que o oriundo de licitação estaria correto. Aduziram que a quantidade de empresas participantes, os pedidos de esclarecimentos e as impugnações demonstram a ampla publicidade do certame.

### **Análise**

4.6.33.34. O trabalho da fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas não se restringe a verificar regularidade de procedimentos emergenciais, abrangendo todas as atribuições previstas no artigo 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

4.6.33.35. A equipe de auditoria, ao analisar os ajustes resultantes da licitação em tela, verificou a ocorrência de sobrepreço, devidamente fundamentada.

### **Argumento**

4.6.33.36. O advogado da Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, do Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e da Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER alegou (fl. 2195) que *“as planilhas do orçamento básico da licitação foram*

\* Associado eletronicamente ao feito



*sendo moldadas par e passo com os técnicos desse Tribunal de Contas, inclusive mediante fornecimento dos arquivos digitais em formato Excel, antes da data de publicação da versão final do edital”.*

### **Análise**

4.6.33.37. Consta da documentação acostada ao anexo III relação de e-mail trocada com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e o Tribunal de Contas do Distrito Federal.

4.6.33.38. Nestes e-mails não consta qualquer menção sobre qual o motivo da Chefe da Assessoria de Planejamento Ambiental – ASPLA/SLU/DF encaminhar a planilha com a base do cálculo dos custos fixos e variáveis dos equipamentos ao então Analista de Finanças e Controle Externo do TCDF.

4.6.33.39. Consultando o sistema corporativo e-TCDF, identificamos o Processo nº 36.196/2008, o qual trata de auditoria de desempenho/operacional que visava avaliar a qualidade desse serviço quanto ao tratamento e à destinação dos resíduos sólidos urbanos e aspectos da coleta seletiva, no exercício de 2008. Não houve avaliação de mérito, por parte deste Tribunal, das planilhas de custos referentes ao edital de licitação da Concorrência nº 03/2007 – CEL/SLU<sup>3</sup>.

### **Argumento**

4.6.33.40. O advogado da Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, do Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e da Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER alegou (fl. 2197) que *“a licitação cumpriu plenamente seus objetivos ... com um leque satisfatório de participantes e possibilitando à Administração a vantagem do menor preço, devidamente entrelaçado com especificações técnicas consistentes.”*

<sup>3</sup> Licitação que originou os Contratos nº 26/2010 e 27/2010, um dos objetos desta TCE.

\* Associado eletronicamente ao feito





## **Análise**

4.6.33.41. A equipe de auditoria, que analisou os preços contratados, verificou diversas ocorrências de superfaturamento, demonstrando que a realização da licitação não resultou em vantagem para a Administração.

## **Outras considerações**

4.6.33.42. A defesa apresentada pela empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. foi analisada nos §§ 4.3.12 ao 4.3.27, 4.5.4 ao 4.5.7, 4.6.17 ao 4.6.32, 4.6.35.7 ao 4.6.35.10 e 4.6.38.3 ao 4.6.38.18 e considerada improcedente.

## **Conclusão**

4.6.33.43. Desta forma, entendemos improcedentes as defesas apresentadas pela Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÔ, pelo Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA, pela Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER e pela empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A.

4.6.34. Achado 2 – Falhas na fiscalização e execução dos Contratos nº 26 e 27/2010 resultaram no pagamento de parcelas de serviços sem a devida disponibilização dos mesmos pela Contratada. (fls. 37/48)

Responsáveis (§ 137 – fl. 45)	Prejuízo imputado
Expedito Apolinário Silva; Daniel Pereira Rocha; Sérgio Mesquita de Ávila Filho; Carlos Vitor Duboc Bahia. Delta Construções S/A	R\$ 615.769,64



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
SECRETARIA DE CONTAS - 3ª DIVISÃO DE CONTAS

e-DOC 55D28D77

Proc 23278/2014

Fl.: 2345

Proc.: 23278/14

Rubrica

Responsáveis (§ 137 – fl. 46)	Prejuízo imputado
Delival Lemos de Souza Francisco Silva Santos Marta Rosane Cabral Eurípedes Carvalho da Silva Pedro Luiz Rennó Vanda Alves da Rocha Delta Construções S/A	R\$ 836.493,25

Responsáveis (§ 137 – fl. 47)	Prejuízo imputado
Delival Lemos de Souza Francisco Silva Santos Marta Rosane Cabral Eurípedes Carvalho da Silva Daniel Pereira Rocha Pedro Luiz Rennó Vanda Alves da Rocha Delta Construções S/A	R\$ 418.806,61

Responsáveis (§ 137 – fl. 48)	Prejuízo imputado
Delival Lemos de Souza Francisco Silva Santos Marta Rosane Cabral Vanda Alves da Rocha Daniel Pereira Rocha Luiz Carlos Figueiredo da Silva Zélia Maria de Andrade Santana Delta Construções S/A	R\$ 2.239.245,89

4.6.34.1. A equipe de auditoria verificou falhas na fiscalização da execução dos Contratos nº 26/2010 e 27/2010, gerando o pagamento de Reserva Técnica sendo que as excepcionalidades estavam cobertas pelos Serviços Diversos, nos montantes de R\$ 1.402.282,71 (Contrato nº 26/2010) e R\$ 464.671,54 (Contrato nº

\* Associado eletronicamente ao feito



27/2010), de Reserva Técnica na Varrição Mecanizada quando não havia a utilização nem da quantidade prevista no contrato, nos montantes de R\$ 135.923,44 (Contrato nº 26/2010) e R\$ 19.971,53, e de Veículos em desacordo com os contratos, no montante de R\$ 2.087.466,17. Constatou, ainda, má prática de gestão, visto que a Autarquia tinha procedimentos no sentido de orientar os executores dos contratos a utilizarem os Serviços Diversos como reserva técnica dos demais serviços.

4.6.34.2. A equipe de auditoria apontou que as equipes de Serviços Diversos atuam como reserva técnica dos serviços de varrição, catação e pintura de meio fio, de forma a garantir a continuidade dos serviços.

4.6.34.3. A equipe de auditoria acrescentou que o prejuízo verificado na utilização de veículos não se trata da quantidade utilizada, mas da qualidade dos veículos, tendo em vista que a previsão de utilização de caminhões fabricados até 2007 faziam parte da composição de custos e a utilização de equipamentos com data de fabricação anterior, em desconformidade com os ajustes, caracterizou o prejuízo, assim como a utilização, por parte da empresa, de carretas visando diminuir seus custos. Quanto à glosa realizada em decorrência de auditoria feita pelo Controle Interno, a retenção está relacionada com a quantidade de caminhões disponibilizados.

### **Argumento**

4.6.34.4. O Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO e o Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA apresentaram defesa conjunta e alegaram (fl. 221) que foram designados para atuarem como executores dos contratos 026/2010 – Lote I e 057/2010 – Lote III em 15/12/2010, por meio da Portaria nº 168/2010 (fl. 343), e foram exonerados do cargo que ocupavam em 01/01/2011, mediante Decreto nº 32.715/2011 (fl. 344).



### **Análise**

4.6.34.5. Analisando cópias digitalizadas dos Processos nº 094.000.002/2011\* e 094.000.001/2011\* (Contrato nº 026/2010 e nº 027/2010, respectivamente), verificamos que o Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO não atestou qualquer fatura referente aos Contratos nº 026/2010 e 027/2010. Entretanto, o Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA atestou diversas notas fiscais. Desta forma, entendemos procedente a alegação com relação somente ao Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO.

### **Argumento**

4.6.34.6. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA e a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA alegaram (fls. 618, 771, 840, 911, 1107, 1531 e 1746, respectivamente) que não foi encontrado pela equipe de auditoria nenhum valor atestado em quantidade maior do que o executado e nem nos valores unitários do que foi pactuado entre o SLU e a Empresa Delta nas planilhas de custos do SLU.

### **Análise**

4.6.34.7. A própria existência deste feito é fundamentada nos pagamentos efetuados às empresas em valores superiores aos serviços executados, inclusive a auditoria deste Tribunal identificou problemas na produtividade, onde o SLU pagou por serviços executados a menor.

### **Argumento**

4.6.34.8. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 622, 774, 843/844, 914, 1114, 1539/1540, 1754/1755 e 1807/1808, respectivamente) que, durante a execução dos contratos, nunca ocorreu o caso de

\* Associado eletronicamente ao feito



a quantidade de trabalhadores ser menor que a exigida no plano de varrição, a não ser em caso de paralisação por greve dos funcionários da empresa, greve de ônibus, véspera de natal e ano novo, domingos e feriados.

### **Análise**

4.6.34.9. A própria alegação dos defendentes encontra contradição, ou nunca houve falta de empregado ou ocorria a diminuição da força de trabalho por motivos alheios à Administração.

4.6.34.10. O prejuízo identificado pela equipe de auditoria refere-se à utilização da rubrica serviços diversos para cobrir necessidades que também estavam previstas na rubrica reserva técnica, indicando a existência de cobrança em duplicidade.

### **Argumento**

4.6.34.11. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 624/625, 777, 846, 917/918, 1120, 1546 e 1760/1761 e 1814, respectivamente) que o percentual do item reserva técnica é de 8,62% ao invés do percentual de 9,44% utilizado pela equipe de auditoria na análise do Contrato nº 26/2010.

### **Análise**

4.6.34.12. Os defendentes, em seus cálculos (fl. 625), deixaram de incluir os valores relativos ao Subtotal 2 da planilha elaborada pela equipe de auditoria (fl. 63 do anexo IV do Processo nº 13.265/2012\*), sendo esta a transcrita a seguir.

\* Associado eletronicamente ao feito



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
 SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
 SECRETARIA DE CONTAS - 3ª DIVISÃO DE CONTAS

Fl.: 2349

Proc.: 23278/14

Rubrica

Avaliação do impacto da reserva técnica nos Serviços Diversos – Contrato 26/2010					
Discriminação	Quant. Reserva	Quant. Total	Valor Unitário	Valor Reserva	Valor Total
Encarregado Local	1,00	16,00	1.633,42	1.633,42	26.134,72
Varredor	23,00	248,00	1.402,42	32.255,66	347.800,16
Motorista	1,00	6,00	1.989,73	1.989,73	11.938,38
Subtotal 1				35.878,81	385.873,26
Encarregado Local	1,00	16,00	37,59	37,59	601,44
Varredor	23,00	248,00	43,58	1.002,34	10.807,84
Motorista	1,00	6,00	2.210,81	2.210,81	13.264,86
Subtotal 2				3.250,74	24.674,14
Materiais, Ferramentas e Utensílios	-	-	-	0,00	806,03
Custos Variáveis dos Equipamentos	-	-	-	0,00	4.717,71
Custos Fixos dos Equipamentos	-	-	-	0,80	6,40
Total dos Custos Operacionais				39.130,35	416.077,54
Relação (Reserva/Total)				<b>9,40%</b>	

### Argumento

4.6.34.13. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 627, 779, 848, 919, 1122 e 1549/1550, 1764 e 1817/1818, respectivamente) que a execução do serviço em quantidade inferior ao contratado foi ocasionada, também, pelo superdimensionamento das extensões das avenidas e da frequência da varrição previstos no projeto básico do edital nº 003/2007.

### Análise

4.6.34.14. Atestar os serviços em quantidades inferiores sem apresentar qualquer tipo de manifestação à autoridade superior, visando alterar o acordado,

\* Associado eletronicamente ao feito





não os eximem da responsabilidade pelos pagamentos efetuados à maior ou sem a contraprestação devida.

### **Argumento**

4.6.34.15. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 627, 779, 848/849, 919/920, 1123, 1550/1551, 1765 e 1818/1819, respectivamente) que os valores do contrato foram ajustados ao valor de mercado, conforme afirmaram os auditores.

### **Análise**

4.6.34.16. A simples alegação, sem comprovação, não afasta as irregularidades identificadas pela equipe de auditoria. Cabe acrescentar que, ao contrário da afirmação, os auditores indicaram incoerências nos valores unitários pactuados e, para fins de cálculo do prejuízo, ajustaram o valor unitário ao de mercado para evitar a quantificação em duplicidade (Achados nº 1 e 4 ao 10 do Relatório Final de Auditoria – Processo nº 13.265/12).

### **Argumento**

4.6.34.17. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fl. 628, 780, 849, 920, 1124, 1552, 1766 e 1819/1820, respectivamente) que os veículos e equipamentos deveriam ser apresentados para vistoria no início dos serviços e a exigência por veículos com ano de fabricação, no mínimo, de 2007 somente ocorreria após 06 meses de contrato.

4.6.34.18. Alegaram (fls. 628/629, 780/781, 849/850, 1124/1125, 1552/1554 e 1767/1769 e 1820/1822, respectivamente), ainda, que o gestor público não é

\* Associado eletronicamente ao feito



obrigado a revisar os atos praticados pelo seu antecessor quando da assinatura de contratos, visando justificar que não era responsabilidade do defendente realizar a vistoria dos veículos utilizados e que os veículos apresentavam, visualmente, boa qualidade.

### **Análise**

4.6.34.19. A equipe de auditoria avaliou a condição da frota em maio de 2012, sendo que os contratos foram assinados em 2010. A empresa contratada não cumpria a cláusula que fixava a idade mínima dos veículos e não houve identificação de qualquer manifestação da jurisdicionada com relação ao fato, sendo que a verificação da frota não se enquadra em reavaliação de atos de gestão anterior.

### **Argumento**

4.6.34.20. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 629/630, 781, 851, 922, 1126, 1554/1555, 1769/1770 e 1822/1823, respectivamente) que o edital de licitação fora lançado em 2007, sendo aceitável a utilização de veículos com ano de fabricação de 2004. Entretanto, por causa de decisões judiciais, a licitação somente findou-se em 2010.

### **Análise**

4.6.34.21. A alegação de que veículos fabricados em 2004 poderiam ser utilizados não procede, sendo que o contrato previa, explicitamente, que a data de fabricação deveria ser a partir de 2007.

### **Argumento**

4.6.34.22. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr.



DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 630/631, 782, 851/852, 922/923, 1126/1127, 1555/1556, 1770/1771 e 1824, respectivamente) que não houve descontinuidade do serviço por motivo de desgaste dos veículos/equipamentos terem idade superior à exigência do edital, que não houve vantagem indevida da contratada, tendo em vista que a manutenção, com troca de peças, em veículos mais velhos, era mais cara e que não foi detectado qualquer acidente gerado por defeito mecânico.

### **Análise**

4.6.34.23. A equipe de auditoria verificou que a empresa obteve lucro indevido com a utilização de veículos com data de fabricação anterior ao ano de 2007. O defendente não apresentou qualquer documento que comprovasse o contrário.

### **Argumento**

4.6.34.24. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 631/632, 783/784, 852/853, 923/924, 1128/1129, 1557/1558, 1772/1774 e 1825/1827, respectivamente) que na relação dos diferentes equipamentos previstos no projeto básico do edital nº 003/2007, não constam os 27 caminhões de carroceria informados pela DELTA, que foram disponibilizados a mais para apoio da varrição e foram fabricados antes de 2007. Assim, teria sido incluído equivocadamente no PT-14, pág. 73, do volume IV, o montante de R\$ 439.945,27.

### **Análise**

4.6.34.25. Os defendentes deixaram de mencionar que, na relação apresentada pela empresa contratada (fls. 81/85 e 88/92 do anexo IV do Processo nº 13.265/2012\*), constou a utilização de Pá Carregadeira fabricada em 2006

\* Associado eletronicamente ao feito



(ativos nº 033023, 033019, 033018, 033026, 033033 e 033027), Compactador fabricado em 2005 (ativos nº 012028, 012030, 012034, 012037, 012038, 012039, 012041, 012042, 012043, 012044 e 012045), Compactador fabricado em 2006 (ativos nº 012049, 012054, 012055, 012056, 012057 e 012058), Guincho fabricado em 2004 (Placa nº KBD – 9277), Carreta fabricada em 1986 (Placa nº JJD – 6683), Carreta fabricada em 1991 (Placa nº CHQ – 3570), Carreta fabricada em 2000 (Placa nº GSH – 6411), dentre outros.

### **Argumento**

4.6.34.26. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 632/633, 784/785, 853/854, 925, 1130, 1560/1561, 1775/1776 e 1828/1829, respectivamente) que a contratada, apesar de utilizar veículos fabricados antes de 2007, disponibilizou equipamentos fabricados nos anos de 2008 a 2012.

### **Análise**

4.6.34.27. Não há previsão contratual para este tipo de compensação, sendo que a empresa deveria utilizar apenas equipamentos/veículos fabricados a partir de 2007.

### **Argumento**

4.6.34.28. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ alegou (fl. 633) que permitia a utilização de locais de transbordo no DL-SUL e no DL-NORTE apenas em casos emergenciais, como fechamento do aterro ou períodos de chuva forte, sendo que, na primeira vez, não permitiu, solicitando ao Diretor as providências cabíveis, conforme cópia do Memorando nº 001/2011 (fls. 721/722).



## **Análise**

4.6.34.29. O citado expediente trata de solicitação de providências para solucionar problema ocorrido entre o defendente e o preposto da empresa Delta Construções Ltda. Apesar da solicitação, as faturas apresentadas pela empresa foram integralmente atestadas e os pagamentos, efetuados. Entretanto, os auditores não quantificaram qualquer prejuízo ao erário relativo à prática mencionada.

## **Argumento**

4.6.34.30. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 634/635, 785/787, 854/856, 926/927, 1131/1134, 1561/1566, 1776/1780 e 1829/1834, respectivamente) que o ressarcimento do prejuízo somente deveria ocorrer se o defendente tivesse agido com dolo, conforme artigo 183, § 1º, da Lei Complementar nº 840/2011 (citado pelos mesmos) e que o TCDF entendeu que o prejuízo deveria ser ressarcido por quem se beneficiou dos recursos<sup>4</sup>.

## **Análise**

4.6.34.31. O artigo 183, *caput*, da Lei Complementar nº 840/2011, dispõe que a responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário, sendo que, no caso de doloso, a dívida poderá ser liquidada na forma prevista no artigo 119, sem detalhar a forma como deverá ocorrer os ressarcimentos devidos no caso em que não foi comprovada má-fé.

<sup>4</sup> Boletim Informativo nº 07 de 2014

DECISÃO Nº 1128/2014. PROCESSO Nº 31369/2009.

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. LICITAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE AMBULÂNCIAS. SOBREPREÇO. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA DE PREÇO. DEVER DE RESSARCIR O ERÁRIO. FALECIMENTO DE UM DOS SERVIDORES ANTES DA CITAÇÃO. NÃO IMPUTAÇÃO DE DÉBITO AO ESPÓLIO.

1. O prejuízo causado ao erário deve ser reparado por quem se beneficiou dos recursos desviados.

2. A obrigação de ressarcir não pode ser estendida aos servidores públicos, hipótese que deve ser admitida apenas no caso de restar comprovada a má-fé dos envolvidos.

\* Associado eletronicamente ao feito



4.6.34.32. O Estatuto do Servidor Público não dispõe que a solidariedade somente ocorrerá se houver comprovação de má-fé, sendo que a responsabilidade civil decorrerá de ato culposo também.

4.6.34.33. O Boletim Informativo do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Edição nº 07, que cuida das deliberações adotadas nas Sessões Plenárias ocorridas nos dias 18 e 20 de março de 2014, noticia que, por meio da Decisão nº 1.128/2014, adotada no âmbito do Processo nº 31.369/2009, o TCDF entendeu que o *“prejuízo causado ao erário deve ser reparado por quem se beneficiou dos recursos desviados”* e que a *“obrigação de ressarcir não pode ser estendida aos servidores públicos, hipótese que deve ser admitida apenas no caso de restar comprovada a má-fé dos envolvidos.”*

4.6.34.34. Este entendimento consta do Relatório da Relatora, Conselheira Anilcéia Machado, que, em seu voto, ponderou o transcrito a seguir.

*“Em relação à solidariedade, é certo que todo agente público é suscetível a erro. É a natureza desse erro que vai atrair ou não a aplicação da solidariedade em casos com o deste processo. E a única hipótese em que entendo esta deva ser decretada entre os agentes públicos e os agentes e/ou entes que receberam os recursos públicos é quando houver dolo comprovado, não o mero nexo de causalidade, mas o nexo **de vontade**, que corresponde à vontade de dilapidar, prejudicar, causar dano, em detrimento da coisa pública, em benefício de si ou de outrem.*

*Mas a constatação de culpa simples, seja mediante negligência, imprudência ou imperícia, seja pela má aplicação das normas ou o mau exercício da função pública, não pode servir de trincheira para que o destinatário dos recursos deixe de devolver, em sua totalidade, o que indevidamente recebeu, trespassando o seu dever a outro, a corda mais frágil nas três pontas da relação: Estado - agente público - recebedor dos recursos.*

*Trata-se de desfazer o enriquecimento ilícito. O art. 884 do Código Civil estabelece claramente que:*

*[...] aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.*

*A determinação legal, portanto, é de que “aquele que [...] se enriquecer” é que “será obrigado a restituir”.*





*Demais disso, o agente do estado é humano, suscetível a erros, e a Administração não pode servir-se de sua falibilidade para criar uma confortável fonte de ressarcimento, garantida pela possibilidade de se determinar o desconto na folha do servidor."*

4.6.34.35. Acompanhando o voto da Conselheira-Relatora, o e. Plenário deliberou por determinar a cientificação da empresa envolvida e por aplicar multa ao agente público.

4.6.34.36. Apesar da inclusão no Boletim Informativo do Tribunal de Contas do Distrito Federal de decisão adotada em um processo específico, o e. Plenário vem adotando entendimento diverso, demonstrando não haver pacificado o assunto em questão. Como exemplo, temos a Decisão nº 6.109/2015 (Processo nº 631/2004), posterior à mencionada pelo defendente, onde o Tribunal considerou responsáveis solidários o Secretário de Estado e as Diretoras da Divisão de Administração Geral, ambos à época dos fatos, pelo prejuízo identificado nos pagamentos com sobrepreço das faturas geradas pelas execuções dos Contratos de Prestação de Serviços nº 02/1999 e 09/1999.

4.6.34.37. Cabe acrescentar que, na página 02 do mesmo Boletim Informativo, consta a Decisão nº 1.178/2014 (Processo nº 13.052/2012) onde o Tribunal deliberou pela responsabilização solidária do executor do contrato por sua conduta desidiosa sem que houvesse, naquele feito, indicação de má-fé ou enriquecimento ilícito do servidor.

### **Argumento**

4.6.34.38. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 636/638, 787/790, 856/859, 920/921, 1134/1141, 1566/1573 e 1834/1840, respectivamente) que não ocorreu nenhum dos fatos estabelecidos nos artigos 186<sup>5</sup> e 927<sup>6</sup> do Código Civil, ou seja,

---

<sup>5</sup> Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

\* Associado eletronicamente ao feito



ação, omissão voluntária, negligência ou imprudência que gerasse dano a outrem cometendo ato ilícito passível de reparação, indicando jurisprudência e artigos sobre o assunto.

### **Análise**

4.6.34.39. O ato de atestar a execução de serviço sem que houvesse efetivamente a prestação é ação voluntária negligente, contradizendo a alegação do defendente.

4.6.34.40. O artigo "*A responsabilidade dos agentes públicos à luz da jurisprudência dos tribunais de contas*" (fls. 636/637) citou julgado do Supremo Tribunal Federal (Mandado de Segurança nº 24073 DF) que tratou de responsabilização de parecer jurídico emitido por advogado público, onde se deliberou por isentá-lo por ausência de vinculação entre o parecer emitido e o ato praticado, tendo em vista que a mencionada peça possuía caráter meramente opinativo, não se aplicando ao caso, tendo em vista que o atestado de execução não é mera peça opinativa, gerando obrigação de pagamento para a Administração.

4.6.34.41. O artigo "*Graus de responsabilização dos servidores públicos em razão de danos e prejuízos causados ao erário*" (fls. 637/638) tratou de isenção de culpa ou dolo se não ocorrer erro grave nos atos praticados pelo agente público. No caso em tela, atestar a execução de serviços não prestados configura erro grave e o referido estudo apenas demonstra a opinião do autor, não havendo qualquer referência jurisprudencial.

### **Argumento**

4.6.34.42. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ alegou (fls. 640/641) que foi designado executor dos Contratos nº 26/2010 e 14/2009, não o sendo do Contrato nº 27/2010, e que atestou somente as faturas relativas aos meses de março e abril de 2011.

---

<sup>6</sup> Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

\* Associado eletronicamente ao feito



4.6.34.43. O Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS alegou (fl. 854) que foi designado para ser executor do Contrato nº 26/2010, não o sendo do Contrato nº 27/2010.

4.6.34.44. O Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA alegou (fl. 926) que foi designado executor do Contrato nº 26/2010, não o sendo do Contrato nº 27/2010.

### **Análise**

4.6.34.45. A Instrução nº 8, de 24/02/2011, publicada no DODF nº 41, de 28/02/2011, designou o Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ para atuar como executor dos Contratos nº 31/2010 - Aterro, 14/2009 – Lote II e 26/2010 – Lote I.

4.6.34.46. A documentação encaminhada pelo Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, acostada às folhas 659/662, é referente à atestação dos serviços relativos aos períodos de 01 a 31/05/2011, 01 a 30/06/2011, 01 a 31/07/2011 e 01 a 31/08/2011. Iremos considerar apenas os meses de maio e junho/2011 porque estão abrangidos pelo cálculo da parcela do prejuízo imputada ao defendente.

4.6.34.47. Analisando o Processo nº 094.000002/2011\*, verificamos que o Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ atestou os serviços prestados nos dias 01 a 28/02/2011, 01 a 31/03/2011 e 01 a 30/04/2011 (fls. 125/126, 137/138 e 193/194 daquele processo, respectivamente).

4.6.34.48. Considerando que assiste, parcialmente, razão ao defendente, teremos que recalcular o valor do prejuízo imputado ao mesmo.

4.6.34.49. Cabe acrescentar que o prejuízo relativo aos equipamentos deverá ser imputado somente à empresa, tendo em vista que engloba os dois contratos sem que a equipe de auditoria fizesse qualquer tipo de discriminação.

4.6.34.50. Quanto aos Srs. FRANCISCO SILVA SANTOS e EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, a Instrução nº 8, de 24/02/2011, publicada no DODF nº 41,

\* Associado eletronicamente ao feito



de 28/02/2011, designou os responsáveis como executores do Contrato nº 26/2010 – Lote I e do Contrato nº 27/2010 – Lote III. Desta forma, a alegação não procede.

### **Argumento**

4.6.34.51. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 641, 791, 861, 933, 1144, 1575, 1790 e 1842, respectivamente) que os valores detectados pela auditoria realizada pela Secretaria de Transparência que apontaram prejuízo para a autarquia foram glosados à época.

### **Análise**

4.6.34.52. Em oportunidade anterior, a jurisdicionada apresentou mesma argumentação, sendo esta refutada pela equipe de auditoria no parágrafo 133 do Relatório Final de Auditoria (fl. 44), transcrito a seguir.

*“133. Com relação à glosa em decorrência da auditoria realizada pelo Órgão de Controle Interno do GDF, verifica-se nos documentos constantes da manifestação da jurisdicionada (Anexo XXIII) que ela se relaciona com a quantidade de caminhões disponibilizados. O aspecto tratado no Achado refere-se à qualidade dos veículos em desacordo com o especificado nos contratos, situação que o SLU entendeu não ser motivo de ressarcimento, conforme o documento trazido pela Autarquia e acostado à fl. 63 do Anexo XXIII, in verbis:*

*Em análise conjunta com o Gerente Operacional e alguns executores, chegamos à conclusão, que operacionalmente, não houve prejuízos decorrentes com a utilização dos veículos com data de fabricação anterior a 2007. Os problemas mecânicos apresentados nesses equipamentos foram corriqueiros como em qualquer outro equipamento, no decorrer do contrato. Vale esclarecer que não houve*

\* Associado eletronicamente ao feito



*descontinuidade na realização dos serviços estabelecidos contratualmente, portanto, entendemos que não há glosa nesse sentido.”*

4.6.34.53. Desta forma, os valores identificados pela auditoria da então Secretaria de Transparência e Controle e pela equipe de auditoria deste Tribunal são relativos a objetos diferentes.

#### **Argumento**

4.6.34.54. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 642, 792, 861, 933, 1144, 1576, 1791 e 1843, respectivamente) que os auditores da Secretaria de Transparência, analisando os Contratos nº 26 e 27/2010, não entenderam que houve as falhas identificadas pela equipe de auditoria do TCDF.

#### **Análise**

4.6.34.55. A equipe de auditoria da Secretaria de Transparência não se ateuve à idade dos veículos/equipamentos utilizados na execução dos Contratos nº 26 e 27/2010, ou seja, deixou de avaliar a qualidade dos serviços prestados, focando apenas em quantitativos. Desta forma, não se pode afirmar que não havia irregularidade na execução dos referidos ajustes.

#### **Argumento**

4.6.34.56. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ sugeriu (fls. 642/643), no âmbito do Processo nº 094.000.067/2007, ao Diretor Geral do SLU que instaurasse TCE para apurar a responsabilidade pelo prejuízo pela má operação da Usina de Tratamento de Resíduos da Asa Sul por parte da DELTA.



### **Análise**

4.6.34.57. A referida TCE trata de prejuízo identificado quando do recebimento da Usina da Asa Sul, sendo acompanhada pelo Processo nº 28.577/2013. Este assunto não é abordado nesta Tomada de Contas Especial e o fato de propor a instauração de TCE, sobre assunto diverso, não o exime da responsabilidade pelos danos aos cofres do SLU abrangidos por estas contas especiais.

### **Argumento**

4.6.34.58. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA requerem (fls. 642/643, 792/793, 862, 933/934 e 1145, 1577/1578, 1792 e 1844/1845, respectivamente) que o valor retido pelo SLU, no montante de R\$ 9.572.583,52, não seja liberado mesmo após o resultado da TCE autuada neste Tribunal sob o nº 28.577/2013, tendo em vista a possibilidade de identificação de possíveis prejuízos neste feito.

### **Análise**

4.6.34.59. O objeto tratado nestes autos é de responsabilidade dos citados e não do SLU, sendo que o valor retido não poderia ser utilizado para saldar débitos oriundos desta TCE, pois foram constituídos para garantir o ressarcimento de outros valores. Desta forma, não podemos atender à solicitação.

### **Argumento**

4.6.34.60. O Sr. CARLOS VITOR DUBOC BAHIA alegou (fl. 904) que sua atribuição era de apenas conferir a planilha consolidada com os quantitativos dos serviços prestados e conferir os valores constantes das notas fiscais com os pagamentos, subtraindo possíveis glosas aplicadas.





## **Análise**

4.6.34.61. Não houve qualquer documentação que comprovasse o alegado. As atribuições do executor de contrato estão dispostas no artigo 13, § 3º, do Decreto nº 16.098/1994<sup>7</sup>. Desta forma, não é aceitável alegar restrição de competência, ainda mais, informal.

## **Argumento**

4.6.34.62. O Sr. CARLOS VITOR DUBOC BAHIA alegou (fl. 904) que não teve acesso, em momento algum, às planilhas detalhadas que possibilitariam a detecção de falhas de preenchimento.

## **Análise**

4.6.34.63. Era obrigação do executor do contrato cumprir com as atribuições previstas no artigo 13 do Decreto nº 16.098/1994 e, em caso de sonegação de informação, comunicar à autoridade superior os fatos impeditivos de sua atuação. Não há documentação comprobatória de sua manifestação neste sentido.

## **Argumento**

4.6.34.64. O Sr. CARLOS VITOR DUBOC BAHIA alegou (fl. 904) que foi designado executor dos Contratos nº 26 e 27/2010 por meio da Instrução nº 168, de 15/10/2010 (revogada pela Instrução nº 8, de 24/02/2011) e que não exerceu qualquer ato, visto que sua exoneração ocorreu antes de existir obrigação de pagamento por força destes ajustes.

<sup>7</sup> § 3º É da competência e responsabilidade do executor:

I - verificar se o custo e o andamento das obras e serviços ou a aquisição de materiais se desenvolvem de acordo com as respectivas Ordem de Serviço e Nota de Empenho;

II - prestar à unidade setorial de orçamento e Finanças, ou órgão equivalente, informações necessárias ao cálculo do reajustamento de preços, quando previsto em normas próprias;

III - dar ciência, ao órgão ou entidade contratante, sobre:

a) ocorrências que possam ensejar aplicação de penalidades ao contratado;

b) alterações necessárias ao projeto e suas conseqüências no custo previsto;

IV - atestar a conclusão das etapas ajustadas;

V - verificar a articulação entre as etapas, de modo que os serviços não sejam prejudicados;

VI - remeter, até o quinto dia do bimestre subsequente, relatório de acompanhamento das obras ou serviços contratados ao órgão ou entidade contratante e ao órgão responsável pela supervisão técnica;

VII - receber obras e serviços, ouvido o órgão responsável pela supervisão técnica.

\* Associado eletronicamente ao feito



### **Análise**

4.6.34.65. Analisando as cópias dos Processos nº 094.000.001/2011\* e 094.000.002/2011\*, verificamos que não consta a assinatura do defendente atestando os serviços prestados pela empresa Delta Construções, ratificando a alegação supra.

### **Argumento**

4.6.34.66. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 630, 782, 851, 922, 1126, 1555, 1770 e 1823, respectivamente) que nunca ocorreu descontinuidade dos serviços por motivos dos equipamentos estarem desgastados ou sem condições de operação e que os serviços foram realizados a contento.

### **Análise**

4.6.34.67. A equipe de auditoria verificou que a empresa contratada, ao disponibilizar veículos mais antigos do que o permitido, auferiu vantagem indevida. Este valor foi calculado pela equipe de auditoria e convertido em prejuízo para a Administração, que pagou por veículos/equipamentos fabricados após o ano de 2007 e recebeu bens com data de fabricação anterior à 2007.

### **Argumento**

4.6.34.68. A Sra. ZÉLIA MARIA ANDRADE SANTANA alegou (fl. 1012) que, apesar de ter sido designada executora-suplente, não atestou qualquer fatura.

### **Análise**

4.6.34.69. A Instrução nº 52, de 12/06/2012, publicada no DODF de 20/06/2012, designou a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA como executora e a defendente como executora-suplente dos Contratos nº 26/2010 – Lote I e 27/2010 – Lote III.

\* Associado eletronicamente ao feito



4.6.34.70. Analisamos os Processos nº 094.000.238/2012 e 094.000.239/2012 e verificamos que consta nas faturas apenas a assinatura da Sra. VANDA ALVES DA ROCHA. Desta forma, entendemos procedente a alegação apresentada.

### **Argumento**

4.6.34.71. O Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, a Sra. MARTA ROSANE CABRAL, o Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, o Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, o Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 639, 790, 859, 931, 1141, 1573, 1788 e 1840, respectivamente) que os serviços foram medidos e pagos conforme prevê o edital e as planilhas de custos apresentadas pela contratada e aprovada pelo SLU.

### **Análise**

4.6.34.72. Se a alegação procedesse, não haveria razão para a instauração de TCE. Entretanto, os achados de auditoria contradizem o defendente com vasta documentação comprobatória.

### **Argumento**

4.6.34.73. O Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, o Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, a Sra. VANDA ALVES DA ROCHA e o Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA alegaram (fls. 1141, 1574, 1788 e 1841) que não tiveram acesso ao projeto básico para analisar o que poderia ser retirado ou acrescentado ao contrato e que simplesmente fiscalizaram a execução dos serviços.

### **Análise**

4.6.34.74. Não caberia ao executor do contrato alterar unilateralmente as cláusulas contratuais. As competências da referida função estão descritas no artigo 13 do Decreto nº 16.098/1994. Não houve a comprovação de que o defendente



solicitou à Administração a adoção de medidas visando corrigir as irregularidades identificadas pela equipe de auditoria.

### **Argumento**

4.6.34.75. O advogado da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. alegou (fl. 1708) que a equipe de auditoria não documentou suas alegações quanto à utilização da reserva técnica.

### **Análise**

4.6.34.76. A equipe de auditoria identificou que o SLU/DF vinha utilizando a rubrica serviços diversos para cobrir as eventualidades que, também, estavam previstas na rubrica reserva técnica, ocasionando duplicidade de pagamento. Não houve, em momento algum, apresentação de suposição sem suporte documental da equipe de auditoria.

### **Argumento**

4.6.34.77. O advogado da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. alegou (fls. 1708/1710) que foram disponibilizados 81 caminhões compactadores e não 70.

### **Análise**

4.6.34.78. A irregularidade identificada nos veículos disponibilizados encontrava-se na qualidade e não na quantidade, sendo que a empresa fazia uso de veículos com data de fabricação anterior a 2007, em contradição com o edital de licitação.

4.6.34.79. Cabe acrescentar que a Secretaria de Transparência identificou irregularidade na execução dos contratos com o SLU/DF relacionada à quantidade de veículos utilizados na prestação de serviço.



## **Argumento**

4.6.34.80. O advogado da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. alegou (fls. 1710/1711) que a empresa optou por utilizar veículos com data de fabricação anterior à 2007 com o intento de evitar a descontinuidade dos serviços.

## **Análise**

4.6.34.81. A utilização eventual poderia ser considerada aceitável, se fosse somente em caráter excepcional, mas a equipe de auditoria verificou que os veículos foram utilizados em todo o período em que vigorou os contratos.

## **Argumento**

4.6.34.82. O advogado da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. alegou (fls. 1712) que a defasagem de 02 anos em 11 caminhões não prejudicou o cumprimento das obrigações contratuais e que o pagamento pela prestação dos serviços deve levar em consideração os custos efetivos, de modo que não haja locupletamento indevido por nenhuma das partes.

## **Análise**

4.6.34.83. Esta TCE busca, justamente, equalizar os pagamentos efetuados e os custos com os serviços prestados. Não houve o repasse dos benefícios recebidos pela empresa na utilização dos veículos com data de fabricação anterior à 2007 ao SLU/DF.

## **Outras considerações**

4.6.34.84. As demais alegações apresentadas pela empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. foram analisadas nos parágrafos 4.3.12 ao 4.3.27, 4.5.4 ao 4.5.7, 4.6.17 ao 4.6.32 e 4.6.35.7 ao 4.6.35.10 e consideradas improcedentes.

## **Conclusão**

4.6.34.85. Desta forma, entendemos:

\* Associado eletronicamente ao feito



- procedente a alegação apresentada pelo Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO, pelo Sr. CARLOS VITOR DUBOC BAHIA e pela Sra. ZÉLIA MARIA ANDRADE SANTANA;
- parcialmente procedente a apresentada pelo Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ, alterando o valor do débito imputado ao mesmo para R\$ R\$ 213.318,19 (valor em 2011); e
- improcedentes as apresentadas pelo Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA, pela Sra. MARTA ROSANE CABRAL, pelo Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, pelo Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, pelo Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, pelo Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, pela Sra. VANDA ALVES DA ROCHA, pelo Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA e pela empresa DELTA CONSTRUÇÕES S.A.

## Argumento

### 4.6.35. Achado 3 – Pagamento por serviços não executados (fls. 49/54)

Responsáveis (§ 161 – fl. 54)	Prejuízo imputado
Célia Maria Santos Pessoa Eurípedes Carvalho da Silva Delta Construções S/A	R\$ 441.968,12.

4.6.35.1. A equipe de auditoria verificou o pagamento de serviços sem a documentação de medição de campo que suportasse os valores faturados nas Notas Fiscais 5310 e 5311 emitidas pela Empresa Delta Construções S/A.

4.6.35.2. A equipe de auditoria anotou que “os valores faturados pela Contratada resultam da consolidação das medições dos serviços executados mensalmente e constantes da planilha denominada *Medição de Serviços*, sob a responsabilidade do Núcleo de Monitoramento e Medição. Por sua vez, os quantitativos aí lançados são informados pelas unidades operacionais e descentralizadas (distritos de limpeza) encarregados diretos pelas medições em campo dos serviços

\* Associado eletronicamente ao feito



e respectiva fiscalização, com o preenchimento da planilha Controle Diário de Presença da Varrição Manual e Equipes de Serviços Complementares” e que o NUMON lançou, sem amparo em documentação idônea, 9.108 km de varrição para o Lote I e 3.014,1 km para o Lote III, gerando um pagamento à maior de R\$ 441.968,12, considerando que o valor por quilômetro alcançava R\$ 36,46.

### **Argumento**

4.6.35.3. A Sra. CÉLIA MARIA SANTOS PESSOA alegou (fl. 346) que anexou as provas documentais “que comprovam a idoneidade dos documentos usados para compor a Planilha de Medição dos pagamentos referente ao mês de dezembro de 2010”.

### **Análise**

4.6.35.4. A documentação acostada às folhas 01/143 do anexo XXII\* do Processo nº 13.265/2012 acusam a falta da varrição nos Lotes I e III, assim como as acostadas às folhas 353/357, 371/374, dentre outras.

4.6.35.5. As planilhas anexadas pela defendente são relativas à empresa Valor Ambiental Ltda., enquanto que os controles diários são referentes à empresa Delta Construções Ltda.

4.6.35.6. Cabe acrescentar que a documentação anexada à defesa, que comprovaria a execução do serviço, não apresenta qualquer indicação de que foi juntada a qualquer processo administrativo (ausência de vestígio de número de folha/processo ou de perfuração). Desta forma, sem a indicação na própria cópia ou de informação na defesa apresentada sobre a origem das cópias anexadas, somos por entender que não houve a descaracterização do trabalho da equipe de auditoria.

\* Associado eletronicamente ao feito





### **Argumento**

4.6.35.7. O advogado da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. alegou (fls. 1713) que o serviço questionado foi realmente prestado.

### **Análise**

4.6.35.8. O defendente deixou de demonstrar a prestação do serviço questionado.

### **Argumento**

4.6.35.9. O advogado da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. alegou (fl. 1713) que no período de 11 a 31 de dezembro de 2010, no mês de festas de final de ano, não havia como a empresa deixar de prestar o serviço, sendo que a falta de atesto nas faturas mensais era apenas falha formal.

### **Análise**

4.6.35.10. A equipe de auditoria verificou que as referidas faturas não eram suportadas pela documentação de medição de campo para os serviços de varrição manual, ou seja, não houve apenas a simples ausência do atesto nas faturas, mas a falta de comprovação efetiva da execução do serviço.

### **Outras considerações**

4.6.35.11. As alegações apresentadas pelo Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA foram analisadas nos parágrafos 4.1.13 ao 4.1.27, 4.4.5 ao 4.4.11, 4.6.34.6 ao 4.6.34.27, 4.6.34.30 ao 4.6.34.55, 4.6.34.58 ao 4.6.34.59 e 4.6.34.66 ao 4.6.34.67 e consideradas improcedentes.

### **Conclusão**

4.6.35.12. Desta forma, entendemos improcedentes as defesas apresentadas pela Sra. CÉLIA MARIA SANTOS PESSOA e pelo Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA e pela empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A.



4.6.36. Achado 4 – Sobrepreço nos serviços de varrição nos contratos com a Empresa Artec Ltda. (fls. 56/78)

Responsáveis (§ 230 – fl. 69)	Prejuízo imputado
Ildeu de Oliveira Sérgio Mesquita de Ávila Filho Expedito Apolinário Silva José Leonardo dos Santos Empresa Artec Ltda.	R\$ 4.391.465,80

Responsáveis (§ 231 – fl. 70); (§ 232 – fl. 71); (§ 233 – fl. 72); (§ 234 – fls. 73/74); (§ 235 – fls. 74/75)	Prejuízo imputado
Maria de Fátima Ribeiro Có Empresa Artec Ltda.	R\$ 2.944.818,96 R\$ 2.311.871,71 R\$ 2.576.025,78 R\$ 2.023.408,56 R\$ 967.310,72

Responsáveis (§ 236 – fls. 75/76); (§ 237 – fl. 77)	Prejuízo imputado
Maria de Fátima Ribeiro Có Divino Dias de Santana Juliane Berber Empresa Artec Ltda.	R\$ 151.482,37 R\$ 114.689,82

4.6.36.1. A equipe de auditoria aceitou, para o cálculo de sobrepreço, oriundo do uso de índice de produtividade inadequado, uma tolerância de 20% de margem na análise da comparação do valor contratado com o preço de mercado. Verificaram que a estimativa de mão-de-obra necessária para a varrição manual de vias era de 1.440 m de sarjeta/dia/gari, enquanto que a literatura especializada recomenda a utilização de 3.200 a 3.600 m de sarjeta/dia/gari ou 500 m de sarjeta/hora/gari, sendo que foi utilizado o menor valor encontrado de 1.450 m de via/dia/gari, referente à cidade de João Pessoa/PB, o que alcançaria o valor de

\* Associado eletronicamente ao feito



2.900 m de sarjeta/dia/gari, considerando que cada via possui uma sarjeta de cada lado.

4.6.36.2. Como consequência da subestimativa da produtividade, a equipe de auditoria identificou prejuízo no serviço de varrição manual de vias e logradouros públicos na execução do Contrato nº 09/2006 (R\$ 4.391.465,80), do Contrato nº 07/2007 (R\$ 2.944.818,96), do Contrato nº 20/2007 (R\$ 2.311.871,71), do Contrato nº 10/2008 (R\$ 2.576.025,78), do Contrato nº 21/2008 (R\$ 2.023.408,56), do Contrato nº 08/2009 (R\$ 967.310,72), do Contrato nº 19/2009 (R\$ 151.482,37) e do Contrato nº 32/2009 (R\$ 114.689,82).

4.6.36.3. Além da subestimativa identificada, constataram que foi utilizado o percentual de 83,2% relativo aos encargos sociais, sendo que o estudo que culminou na Decisão nº 544/2010 fixou o valor percentual de 70,6%, e o percentual de 40,42% de BDI sem justificativa que suportem estes valores.

4.6.36.4. Quanto às justificativas da jurisdicionada, a equipe de auditoria verificou que as contratações foram acompanhadas apenas de planilhas de custos unitários dos serviços, sem as composições dos serviços. Argumentou que a Lei nº 12.708/2012 foi utilizada apenas como parâmetro de razoabilidade para estabelecer margem de aceitação dos valores contratados, sendo que os serviços de limpeza urbana são caracterizados com serviços de engenharia, sendo necessária a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e que é cabível analisar sobrepreço em itens, tendo em vista a existência de “jogo de planilha” levando a manipulações e distorções durante a execução do ajuste (fls. 66/67).

### **Argumento**

4.6.36.5. O Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO e o Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA apresentaram defesa conjunta e alegaram (fl. 219/220) que os preços praticados acompanharam os do Contrato nº 039/2000.



## **Análise**

4.6.36.6. A equipe de auditoria verificou que os preços praticados não estavam de acordo com o mercado. O Contrato nº 39/2000 não foi objeto de análise nos trabalhos realizados no âmbito do Processo nº 13.265/2012.

## **Argumento**

4.6.36.7. O Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO e o Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA apresentaram defesa conjunta e alegaram (fl. 219/220) que os preços dos principais serviços, coleta e varrição, eram compatíveis com os divulgados no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS do Ministério das Cidades.

## **Análise**

4.6.36.8. A planilha acostada às folhas 223/225 não comprovam que os valores de coleta e varrição estavam compatíveis com o mercado, tendo em vista que os valores indicados são divergentes dos diagnósticos apresentados pelo SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO<sup>8</sup> (fls. 2306/2311).

## **Argumento**

4.6.36.9. O Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO e o Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA apresentaram defesa conjunta e alegaram (fl. 220) que, no caso do serviço de varrição, a produtividade prevista era de 1,45 Km x homem x dia por eixo de rua e não por sarjeta no Edital de Concorrência Pública nº 01/2000 e que o Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República – SEDU recomendava a execução de teste prático para avaliação das variáveis que influenciariam diretamente na produtividade dos serviços.

<sup>8</sup> <http://www.snis.gov.br/diagnostico-residuos-solidos/diagnostico-rs-2002>

\* Associado eletronicamente ao feito



## **Análise**

4.6.36.10. Os defendentes estão sendo chamados em audiência para responderem pela autorização conjunta, deliberada na Reunião da Diretoria-Geral do SLU, que afastou a exigência de justificar o preço e não pela elaboração do projeto básico da Concorrência nº 01/2000, a qual não foi objeto de análise pela equipe de auditoria.

## **Argumento**

4.6.36.11. O Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO e o Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA apresentaram defesa conjunta e alegaram (fl. 220) que o Contrato nº 39/2000 estipulava o preço para o serviço de coleta e transporte mecanizado de entulho em R\$ 28,24 por tonelada, superior ao praticado de R\$ 25,65/ton, e para o serviço de coleta e transporte manual de entulho em R\$ 42,66/ton, ligeiramente menor do que o praticado, de R\$ 42,75/ton.

## **Análise**

4.6.36.12. A questão está sendo apurada no Processo nº 999/2001, o qual encontra-se sobrestado até o deslinde da Ação Civil de Improbidade Administrativa n.º 2003.01.1.116378-4 (Decisão nº 5653/2015). O julgamento de mérito dessa ação, ocorrido em 16/12/2010, sentenciou os réus ao ressarcimento solidário do débito pela cobrança de valores acima do preço de R\$ 16,30 por tonelada<sup>9</sup>. A última decisão, de 03/03/2016, adotada na referida ação foi a de nomear "*como "expert" do juízo para realização da perícia determinada o perito contador Sr. Célio Fernandes Pires, com dados no Sistema SISTJ, que deverá apurar os valores eventualmente cobrados e recebidos a maior pela coleta e transporte da tonelada de resíduos sólidos urbanos durante a vigência do Contrato nº 039/2000 - BELACAP, bem como responder aos quesitos apresentados pelas partes*", confirmando a verificação de existência de prejuízo na execução daquele contrato.

<sup>9</sup> <http://cache-internet.tjdft.jus.br/cgi-bin/tjcg1?MGWLPN=SERVIDOR1&NXTPGM=tjhtml122&ORIGEM=INTER&CIRCUN=1&SEQAND=400&CDNUPROC=20030111163784>

\* Associado eletronicamente ao feito



### **Argumento**

4.6.36.13. O Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO e o Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA apresentaram defesa conjunta e alegaram (fls. 219/220) que o Decreto nº 27.592/2007 exonerou os defendentes dos cargos que exerciam à época.

### **Análise**

4.6.36.14. A exoneração ocorreu após a realização da reunião da Diretoria Geral, a qual autorizou a contratação emergencial questionada.

### **Argumento**

4.6.36.15. O Sr. JOSÉ LEONARDO DOS SANTOS alegou (fl. 1016) que participou da reunião da Diretoria-Geral apenas como ouvinte, por exercer, à época, o cargo de Chefe da Procuradoria Jurídica.

### **Análise**

4.6.36.16. Não consta da Ata da Reunião da Diretoria Geral (fls. 1024/1025) qualquer menção de que o representante da Procuradoria Jurídica do SLU participava somente como ouvinte, sem direito à voz. A única especificação feita na referida ata foi a designação da assessora da Diretoria Geral para atuar como secretária da reunião. Quanto aos demais, consta da Ata que se reuniram para deliberarem sobre a contratação emergencial para execução dos serviços de limpeza urbana do DF.

### **Argumento**

4.6.36.17. O Sr. JOSÉ LEONARDO DOS SANTOS alegou (fls. 1017/1020) que emitiu parecer favorável à contratação emergencial e que o citado parecer possui caráter meramente opinativo, não gerando responsabilidade para quem o emitiu.



## **Análise**

4.6.36.18. A equipe de auditoria imputou responsabilidade ao defendente por ter participado da Reunião da Diretoria Geral que autorizou a contratação emergencial sem a devida comprovação de que os preços ajustados se adequavam ao mercado à época e não pela emissão de parecer.

## **Argumento**

4.6.36.19. A advogada da empresa CONSTRUTORA ARTEC LTDA. alegou (fls. 1331/1334) que o uso subsidiário do artigo 102, § 6º, III, da Lei nº 12.708/2012, referente à margem de tolerância de 10%, é indevido, considerando que os itens apresentados na planilha orçamentária não podem ser enquadrados como item de construção civil e sustentar que um contrato emergencial possui características capazes de elevar seus preços em até 10% em relação ao de mercado não parece razoável. A margem de tolerância deveria considerar os incrementos dos preços e não por uma inferência que estabeleça um “teto em tese”.

## **Análise**

4.6.36.20. A equipe de auditoria se pronunciou sobre o assunto em resposta às considerações do jurisdicionado (§§ 222/226 do Relatório Final de Auditoria – fl. 66/67), onde justificou que a utilização do normativo encontrava-se na busca de um parâmetro razoável para estabelecer uma margem de aceitação de valores acima dos de mercado, mesmo por analogia. Arrazoaram, ainda, que o normativo trata do regime de empreitada por preço global, o mesmo utilizado pela autarquia.

4.6.36.21. Cabe acrescentar que a defendente questiona a utilização do percentual de 10% como critério de aceitação do preço, enquanto que a equipe de auditoria, neste achado, utilizou o percentual de 20% para aceitação de valores acima do de mercado. Considerando que o Tribunal, ao apreciar o trabalho da auditoria, entendeu razoável o índice utilizado, somos pela não procedência da alegação.





## **Argumento**

4.6.36.22. A advogada da empresa CONSTRUTORA ARTEC LTDA. alegou (fls. 1347/1351) que deve constar do BDI as despesas indiretas com Administração, Lucro e Impostos, sendo que tanto a incidência de alíquotas, as taxas de administração e o lucro variam de organização para organização, não podendo igualar os desiguais, transcrevendo trechos da Decisão nº 3586/2014 (Processo nº 28667/2011).

## **Análise**

4.6.36.23. A defendente não apresentou dados, comprovados documentalmente, que o percentual apresentado pela empresa estava adequado, não invalidando a utilização, por parte da equipe de auditoria, do parâmetro para aceitação de BDI indicado na Decisão nº 544/2010. Cabe acrescentar que o trecho apresentado pela defendente diverge do conteúdo da Decisão nº 3586/2014<sup>10</sup>.

## **Argumento**

4.6.36.24. A advogada da empresa CONSTRUTORA ARTEC LTDA. alegou (fls. 1351/1353) que as contratações obedeceram aos condicionantes técnico-operacionais e econômico-financeiros estabelecidos pelo SLU, que balizaram a tomada de decisão das empresas contratadas, e que estas se dispuseram a executar o serviço especificado pelo SLU nas condições comerciais estipuladas.

## **Análise**

4.6.36.25. As execuções não seguiram as disposições contratuais, conforme demonstrado pela equipe de auditoria. Simplesmente alegar, sem demonstrar, não desconstitui os achados de auditoria.

<sup>10</sup> O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Carta nº 37053/2013-PR, fls. 418/489 e anexos; b) das razões de justificativas dos Senhores Cristiano Magalhães de Pinho (fls. 490/501), Célio Biavati Filho (fls. 502/505) e Fernando Rodrigues Ferreira Leite (fls. 607/610), para, no mérito, considerá-las procedentes; II – deixar de conhecer do documento de fls. 521/532, de natureza recursal, por não preencher os requisitos de admissibilidade devidos; III – considerar atendido o disposto nos item III e IV da Decisão nº 2296/13; IV – autorizar: a) o envio de cópia da Informação nº 03/2014 - DIACOMP3, bem como do relatório/voto do Relator à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, aos Consórcios EMSA/ENGEAGRO e CAENGE/ENGEMASA e à Empresa Domínio Engenharia S.A.; b) o arquivamento dos autos.

\* Associado eletronicamente ao feito



## **Argumento**

4.6.36.26. A advogada da empresa CONSTRUTORA ARTEC LTDA. alegou (fls. 1353/1355) que a Administração deve se ater ao valor global da contratação e não aos valores detalhados dos itens que a compõem. A defendente citou precedente do TCU (Acórdão nº 3.761/2014 – 1ª Câmara).

## **Análise**

4.6.36.27. A equipe de auditoria identificou a execução de serviços em desacordo com o ajuste firmado, seja pela subestimativa da produtividade ou pela adoção não justificada de percentual de BDI superestimado, o que impactou diretamente no valor global acordado.

4.6.36.28. O caso apreciado pelo Tribunal de Contas da União não é semelhante ao tratado nesta TCE.

## **Outras considerações**

4.6.36.29. O Sr. ILDEU DE OLIVEIRA veio a falecer antes da citação inicial. Conforme Decisão nº 4.664/2005, iremos excluí-lo da solidariedade pelos prejuízos identificados, ante a ausência de pressuposto de desenvolvimento regular do processo.

4.6.36.30. As defesas apresentadas pela Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÔ, pelo Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e pela Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER foram analisadas nos §§ 4.3.12 ao 4.3.27, 4.5.4 ao 4.5.7, 4.6.17 ao 4.6.32 e 4.6.33.3 ao 4.6.33.41 e consideradas improcedentes.

## **Conclusão**

4.6.36.31. Desta forma, entendemos improcedentes as defesas apresentadas pelo Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO, pelo Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA, pelo Sr. JOSÉ LEONARDO DOS SANTOS, pela Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÔ, pelo Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e pela Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER e pela CONSTRUTORA ARTEC LTDA., relativamente ao

\* Associado eletronicamente ao feito



Achado 4 – Sobrepreço nos serviços de varrição nos contratos com a construtora ARTEC Ltda.

4.6.37. Achado 5 – Sobrepreço nos contratos com a Empresa Nely Ltda.  
(fls. 78/87)

Responsáveis (§ 279 – fl. 84)	Prejuízo imputado
Ildeu de Oliveira Sérgio Mesquita de Ávila Filho Expedito Apolinário Silva José Leonardo dos Santos Empresa Nely Ltda.	R\$ 826.967,65

Responsáveis (§ 280 – fl. 85); (§ 281 – fl. 86); (§ 282 – fl. 87)	Prejuízo imputado
Maria de Fátima Ribeiro Có Empresa Nely Ltda.	R\$ 192.263,60 R\$ 5.579,49 R\$ 752,56

4.6.37.1. A equipe de auditoria identificou sobrepreço nos contratos celebrados com a Empresa Nely Ltda., relativamente aos serviços de coleta e transporte mecanizado de entulho, verificando que o valor unitário pactuado encontrava-se acima da referência de mercado.

4.6.37.2. Como consequência, houve sobrepreço no serviço de coleta e transporte mecanizado de entulho no Contrato nº 10/2006 (R\$ 826.967,65), no Contrato nº 12/2007 (R\$ 192.263,60), no Contrato nº 21/2007 (R\$ 5.579,49) e no Contrato nº 22/2008 (R\$ 752,56). Os preços ajustados nos Contratos nº 11/2008, 09/2009, 20/2009 e 34/2009 estavam de acordo com o mercado.

### Argumento

4.6.37.3. O Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO e o Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA apresentaram defesa conjunta e alegaram (fl. 219/220) que os

\* Associado eletronicamente ao feito



preços dos principais serviços, coleta e varrição dos Contratos emergenciais nº 9, 10 e 11/2006, acompanharam os praticados no Contrato nº 039/2000 e eram compatíveis com os divulgados no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS do Ministério das Cidades.

### **Análise**

4.6.37.4. A planilha acostada às folhas 223/225 não comprova que os valores de coleta e varrição estavam compatíveis com o mercado. No que tange à compatibilidade dos ajustes com os preços praticados no Contrato nº 039/2000, esses não foram considerados adequados pelo Tribunal, consoante item II.b da Decisão nº 4.221/2006.

4.6.37.5. A equipe de auditoria, em trabalho realizado em 2013, calculou o valor unitário de mercado nas planilhas constantes das folhas 01/32 do anexo XVII\* do Processo nº 13.265/2012, levando em consideração os custos da empresa, e chegou aos valores unitários de R\$ 19,99 (nov/06 a dez/06) e R\$ 19,12 (jan/07 a mai/07) por tonelada, referente ao serviço de transporte mecanizado de entulho (fl. 34 do anexo XVII do Processo nº 13.265/2012).

### **Argumento**

4.6.37.6. O Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO e o Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA apresentaram defesa conjunta e alegaram (fl. 219/220) que a Informação nº 82/2007, o relatório e o Voto estipulavam o preço para o serviço de coleta e transporte mecanizado de entulho em R\$ 28,24 a tonelada, sendo que o contratado era de R\$ 25,65 por tonelada.

### **Análise**

4.6.37.7. Os valores apresentados na instrução e no relatório/voto do Exmo. Conselheiro-Relator, conforme alegação dos defendentes, utilizaram como fundamento a Decisão nº 4.221/2006, onde o Tribunal considerou adequados à execução do Contrato nº 039/2000, os custos unitários obtidos pela equipe de auditoria, realizada no âmbito do Processo nº 999/2001.

\* Associado eletronicamente ao feito



4.6.37.8. Entretanto, em nova tramitação e em posse de informações relevantes, extraídas do Processo nº 33.827/2005 (apensado ao de nº 999/2001), o Corpo Técnico, mediante Informação nº 14/2006 (Processo nº 999/2001), constatou a existência de preços unitários superestimados na fase de licitação e de antecipação do reajustamento do Contrato nº 039/2000.

4.6.37.9. A verificação do prejuízo foi confirmada por este Tribunal na Decisão nº 6722/2007 (conversão dos autos em TCE) e pelo Poder Judiciário na Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 2003.01.1.116378-4, onde, em decisão adotada em 03/03/2016, o exmo. Juiz de Direito da Segunda Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal nomeou "expert" do juízo para realização da perícia que deverá apurar os valores eventualmente cobrados e recebidos a maior pela coleta e transporte da tonelada de resíduos sólidos urbanos durante a vigência do Contrato nº 039/2000 – BELACAP. Desta forma, a alegação de que os valores estavam compatíveis com o mercado não procede.

### **Argumento**

4.6.37.10. O advogado da Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ alegou (fls. 2158/2162) que o peso médio adotado pela equipe de auditoria, de 12 toneladas por viagem, está elevado, sendo que o SLU, em 2006, estipulou uma média de 7,3 toneladas por viagem, mantendo o valor da reserva técnica de 10%.

### **Análise**

4.6.37.11. A defendente não indicou a origem da informação sobre a média estipulada pelo SLU/DF em 2006. Entretanto, a equipe de auditoria comprovou diversas vezes que as estimativas de produtividade utilizadas pelo SLU geraram sobrepreço.

4.6.37.12. Verificamos que a densidade estimada de entulhos<sup>11</sup> é de 1.500 kg/m<sup>3</sup>, sendo assim, um caminhão basculante 10/12, com capacidade de 10 a 12

<sup>11</sup> [http://www.prodetc.com.br/downloads/pesos\\_especificos.pdf](http://www.prodetc.com.br/downloads/pesos_especificos.pdf)  
<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAFB4AAA/tabela-pesos-especificos>

\* Associado eletronicamente ao feito



m<sup>3</sup>, poderia ser carregado com uma carga pesando de 15 a 18 toneladas, valor bem superior à estimada pela equipe de auditoria.

4.6.37.13. A equipe de auditoria identificou que os valores relativos à reserva técnica estavam sendo cobrados sem a devida contraprestação, sendo que os serviços que deveriam ser cobertos pela citada rubrica eram realizados pelo item serviços diversos.

4.6.37.14. Desta forma, os cálculos efetuados pelo defendente não se suportam.

### **Outras considerações**

4.6.37.15. A defesa apresentada pelo Sr. JOSÉ LEONARDO DOS SANTOS foi analisada nos §§ 4.6.36.15 ao 4.6.36.18 e considerada improcedente.

4.6.37.16. O Sr. ILDEU DE OLIVEIRA veio a falecer antes da citação inicial. Conforme Decisão nº 4.664/2005, iremos excluí-lo da solidariedade pelos prejuízos identificados, ante a ausência de pressuposto de desenvolvimento regular do processo.

4.6.37.17. A empresa NELY CONSTRUÇÕES E LOGÍSTICA LTDA. deixou de apresentar defesa, desta forma, consoante artigo 13, § 3º, da Lei Complementar nº 01/94, somos por propor ao c. Plenário que a considere revel.

### **Conclusão**

4.6.37.18. Desta forma, entendemos improcedentes as alegações apresentadas, relativamente ao Achado 5 - Sobrepreço nos contratos com a Empresa Nely Ltda., pelo Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO, pelo Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA, pela Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ e pelo Sr. JOSÉ LEONARDO DOS SANTOS e revel a empresa NELY CONSTRUÇÕES E LOGÍSTICA LTDA.



4.6.38. Achado 6 – Sobrepreço nos contratos com a Empresa Delta Construções S/A. (fls. 88/100)

Responsáveis (§ 319 – fl. 95/96); (§ 320 – fl. 96/97); (§ 321 – fl. 97/98)	Prejuízo imputado
Maria de Fátima Ribeiro Có Delta Construções Ltda.	R\$ 5.649.113,75 R\$ 62.542,67 R\$ 360.927,08

Responsáveis (§ 322 – fl. 98/99); (§ 322 – fl. 99/100)	Prejuízo imputado
Maria de Fátima Ribeiro Có Divino Dias de Santana Juliane Berber Delta Construções Ltda.	R\$ 758.789,44 R\$ 1.056.067,43

4.6.38.1. A equipe de auditoria identificou sobrepreço nos contratos celebrados com a Empresa Delta Construções Ltda., relativamente aos serviços de:

- varrição manual de vias e logradouros (utilização do percentual de 83,24% quando o trabalho do TCDF verificou que o aceitável seria 70,6% - Decisão nº 544/2010 e de 40,42% de BDI, não havendo justificativa para a utilização acima do percentual aceitável);
- coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares;
- varrição mecanizada de vias; e
- coleta e transporte mecanizado de entulho.

4.6.38.2. Constatou sobrepreço nos serviços de coleta e transporte mecanizado de entulho e varrição manual de vias e logradouros no Contrato nº 09/2007 (R\$ 5.649.113,75), no Contrato nº 23/2009 (R\$ 758.789,44) e no Contrato

\* Associado eletronicamente ao feito





nº 33/2009 (R\$ 1.056,067,43) e no serviço de coleta e transporte mecanizado de entulho no Contrato nº 26/2008 (R\$ 62.542,67) e no Contrato nº 13/2009 (R\$ 360.927,08).

### **Argumento**

4.6.38.3. O advogado da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. alegou (fls. 1687/1689) que houve a aplicação subsidiária indevida do artigo 102, § 6º, inciso III, da Lei Federal nº 12.708/2012 quando se utilizou o índice de margem de tolerância para se avaliar o preço de mercado, porquanto o serviço contratado não se trata de serviço de construção civil, mas de outras, que demandariam análise diversa.

### **Análise**

4.6.38.4. A equipe de auditoria se pronunciou sobre o assunto em resposta às considerações do jurisdicionado (§§ 222/226 do Relatório Final de Auditoria – fls. 66/67), onde justificou que a utilização do normativo encontra-se na busca de um parâmetro razoável para estabelecer uma margem de aceitação de valores acima dos de mercado, mesmo por analogia. O dispositivo legal não trata apenas de construção civil, mas de obras e serviços de engenharia, caracterizando-se os serviços de limpeza urbana como serviços de engenharia, tanto que sua execução exige o ART. Arrazoaram, ainda, que o normativo trata do regime de empreitada por preço global, o mesmo utilizado pela autarquia.

### **Argumento**

4.6.38.5. O advogado da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. alegou (fls. 1695/1696) que praticamente cumpriu as metas estipuladas no Contrato nº 26/2010 (50.000 km/mês) e ultrapassou as estipuladas no Contrato nº 27/2010 (19.000 km/mês).



### **Análise**

4.6.38.6. O prejuízo identificado, mesmo ocorrendo o cumprimento das metas estipuladas, persiste, tendo em vista que a equipe de auditoria verificou que a produtividade da varrição estava subestimada, irregularidade não refutada até o momento.

### **Argumento**

4.6.38.7. O advogado da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. alegou (fls. 1696/1697) que os percentuais de encargos sociais e de BDI estavam em consonância com os termos elaborados pelo SLU/DF, posto que os contratos decorrem da Concorrência Pública nº 03/2007 – CEL/SLU e do edital regedor do certame.

### **Análise**

4.6.38.8. O defendente não comprovou a adequação da utilização de percentual acima do identificado no estudo realizado por este Tribunal sobre a legislação trabalhista, objeto da Decisão nº 544/2010.

### **Argumento**

4.6.38.9. O advogado da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. alegou (fl. 1699) que o percentual de encargos sociais foi estabelecido pelo SLU/DF e que os parâmetros utilizados para estipular o valor percentual dos encargos sociais estavam corretos, conforme planilhas de composição apresentada pela empresa.

### **Análise**

4.6.38.10. A planilha de custos da empresa foi analisada pela equipe de auditoria e, mesmo assim, ela entendeu que houve utilização não justificada de percentual para encargos sociais. Neste momento processual, o defendente não trouxe elementos que comprovem a adequação do percentual dos encargos sociais utilizados.



## **Argumento**

4.6.38.11. O advogado da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. alegou (fls. 1702/1703) que não cabem discussões sobre parâmetros utilizados, tendo em vista o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

## **Análise**

4.6.38.12. A Administração, ao realizar uma licitação, fica obrigada a cumprir com as cláusulas constantes do edital quanto às condições para aceitar a participação das empresas e as do futuro contrato.

4.6.38.13. A adoção de percentual de encargos sociais nas planilhas de custos e os itens que compõem o BDI são de responsabilidade estrita das empresas que apresentaram as propostas. Não cabendo alegar que a Administração, que incorreu em erro, é obrigada a arcar com os valores superfaturados isentando-as de seu ressarcimento.

4.6.38.14. Também cabe ressaltar que o percentual indicado no edital é apenas referencial, porquanto entende-se indevida a fixação de percentual, ainda que mínimo, consoante entendimento do Tribunal de Contas da União (e.g. Acórdãos nº 1699/2007 e 2.646/2007, do plenário).

## **Argumento**

4.6.38.15. O advogado da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. alegou (fl. 1707) que a empresa simplesmente participou da licitação e apresentou o menor preço.

## **Análise**

4.6.38.16. A equipe de auditoria verificou diversos sobrepreços nos valores ajustados, inclusive dos oriundos da Concorrência 03/2007 – CEL/SLU. Mesmo a empresa tendo apresentado o menor preço, houve a inclusão indevida, ou injustificadas, de custos e a subestimativa da produtividade.



## Argumento

4.6.38.17. O advogado da empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A. alegou (fl. 1707) que os preços e tabelas de referência do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, podem e devem ser utilizadas, e, por este motivo, não há sobrepreço.

## Análise

4.6.38.18. O defendente não esclareceu qual a relação entre os preços e tabelas de referência do MPOG com os ajustes em questão, assim como a adequação dos valores contratados.

## Outras considerações

4.6.38.19. As defesas apresentadas pela Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, pelo Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e pela Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER foram analisadas nos §§ 4.3.12 ao 4.3.27, 4.5.4 ao 4.5.7, 4.6.17 ao 4.6.32 e 4.6.33.3 ao 4.6.33.41 e consideradas improcedentes.

## Conclusão

4.6.38.20. Desta forma, entendemos improcedentes as defesas apresentadas pela Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, pelo Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA, pela Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER e pela empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A.

4.6.39. Achado 7 – Sobrepreço nos contratos com a Empresa QUALIX Ltda. (fls. 100/119)

Responsáveis (§ 373 – fl. 111/112)	Prejuízo imputado
Ildeu de Oliveira Sérgio Mesquita de Ávila Filho Expedito Apolinário Silva José Leonardo dos Santos Empresa QUALIX Serviços Ambientais Ltda.	R\$ 7.601.509,89

\* Associado eletronicamente ao feito



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO**  
**SECRETARIA DE CONTAS - 3ª DIVISÃO DE CONTAS**

Fl.: 2387

Proc.: 23278/14

Rubrica

Responsáveis (§ 374 – fl. 112/113); (§ 375 – fl. 113/114); (§ 376 – fl. 114/115); (§ 377 – fl. 115/116); (§ 378 – fl. 116/117)	Prejuízo imputado
Maria de Fátima Ribeiro Có Empresa QUALIX Serviços Ambientais Ltda.	R\$ 8.280.857,91 R\$ 5.469.274,78 R\$ 6.972.312,58 R\$ 5.678.586,33 R\$ 2.576.272,10

Responsáveis (§ 379 – fl. 118); (§ 380 – fl. 119)	Prejuízo imputado
Maria de Fátima Ribeiro Có Divino Dias de Santana Juliane Berber Empresa QUALIX Serviços Ambientais Ltda.	R\$ 1.099.616,84 R\$ 1.524.277,77

4.6.39.1. A equipe de auditoria identificou sobrepreço nos contratos celebrados com a Empresa Qualix Serviços Ambientais Ltda., relativamente aos serviços de:

- varrição manual de vias e logradouros (a estimativa de mão-de-obra necessária para a varrição manual de vias era de 1.440 m de sarjeta/dia/gari, enquanto que, após consulta à literatura especializada, a equipe de auditoria calculou o valor de 2.900 m de sarjeta/dia/gari, utilização do percentual de 83,3% de encargos sociais quando o trabalho do TCDF verificou que o aceitável seria 70,64% - Decisão nº 544/2010 e de 46,76% de BDI, quando o aceitável seria 30%, sem justificativa);
- coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares (superdimensionamento das equipes de coleta – um motorista e quatro coletores, quando na prática eram utilizados um motorista e três coletores, mantendo-se a produtividade estimada de 2,1 viagens por turno, reserva técnica dos veículos superdimensionada – utilização de 20%, quando a

\* Associado eletronicamente ao feito



literatura especializada recomenda 10%, e o custo levou em consideração os gastos variáveis (combustível, lubrificantes, pneus, peças) para veículos parados e custo de mão-de-obra direta com sobrepreço no cálculo dos encargos sociais, utilizando 83,3%, quando o trabalho do TCDF verificou que o aceitável seria 70,64% - Decisão nº 544/2010); e

- varrição mecanizada de vias.

4.6.39.2. Constatou sobrepreço nos serviços de coleta e transporte mecanizado de resíduos sólidos domiciliares e varrição manual de vias e logradouros no Contrato nº 11/2006 (R\$ 7.601.509,89), no Contrato nº 24/2008 (R\$ 5.678,586,33) e no Contrato nº 11/2009 (R\$ 2.576.272,10), serviços de coleta e transporte mecanizado de resíduos sólidos domiciliares, varrição manual de vias e logradouros e varrição mecanizada de vias no Contrato nº 08/2007 (R\$ 8.280.857,91), no Contrato nº 24/2007 (R\$ 5.469.274,78) e no Contrato nº 13/2008 (R\$ 6.972.312,58), serviços de varrição manual de vias e logradouros e varrição mecanizada de vias no Contrato nº 21/2009 (R\$ 1.099.616,84) e no Contrato nº 35/2009 (R\$ 1.524.277,77).

### **Argumento**

4.6.39.3. O Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO e o Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA apresentaram defesa conjunta e alegaram (fl. 219/220) que os preços dos principais serviços, coleta e varrição, eram compatíveis com os divulgados no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS do Ministério das Cidades.

### **Análise**

4.6.39.4. As planilhas acostadas às folhas 223/225 não comprovam que os valores de coleta e varrição estava compatíveis com o mercado.



### **Argumento**

4.6.39.5. O Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO e o Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA apresentaram defesa conjunta e alegaram (fl. 219/220) que o Decreto nº 27.592/2007 exonerou os defendentes dos cargos que exerciam à época.

### **Análise**

4.6.39.6. A exoneração ocorreu após a participação dos defendentes na reunião da Diretoria Geral que autorizou a contratação emergencial.

### **Argumento**

4.6.39.7. O advogado da antiga empresa QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. alegou (fl. 1053) que o particular somente poderá ser considerado responsável solidário se houver a comprovação da existência de conluio, tendo em vista o disposto no artigo 8º da Lei nº 8.843/94 e a Súmula do TCU nº 187.

### **Análise**

4.6.39.8. A mencionada lei foi revogada pela de nº 8.989/1995. A súmula mencionada tem por objeto a ocorrência de prejuízo causado estritamente por terceiros estranhos à Administração, o que não é o caso abordado por esta TCE.

### **Argumento**

4.6.39.9. O advogado da antiga empresa QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. alegou (fls. 1054/1058) que a empresa SUSTENTARE, sucessora da então QUALIX, não contribuiu para o ato considerado danoso aos cofres do SLU.

### **Análise**

4.6.39.10. A empresa sucessora absorveu o patrimônio da antiga empresa QUALIX, até os acréscidos de forma ilegal. Desta forma, a empresa SUSTENTARE deverá arcar com as restituições ao erário devidas.

\* Associado eletronicamente ao feito





### **Argumento**

4.6.39.11. O advogado da antiga empresa QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. alegou (fl. 1058) que os preços praticados pela empresa estavam adequados ao mercado.

### **Análise**

4.6.39.12. A equipe de auditoria, nos §§ 328/370 do Relatório Final, apontou os pontos em que houve sobrepreço, seja pela utilização de percentual superestimado nos custos ou pela subestimativa da produtividade ou pelo superdimensionamento de equipe, conforme resumido nos §§ 4.6.39.1 e 4.6.39.2.

### **Argumento**

4.6.39.13. O advogado da antiga empresa QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. alegou (fls. 1058/1063) que a postura adotada pela equipe de auditoria é contrária à que analisou as contratações.

### **Análise**

4.6.39.14. As irregularidades verificadas pela equipe de auditoria são relativas às execuções dos contratos e não houve, por parte do Tribunal, a análise dos ajustes firmados. O TCDF analisou somente o edital de licitação, em seu aspecto formal.

### **Argumento**

4.6.39.15. O advogado da antiga empresa QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. alegou (fls. 1065/1069) que o devido processo legal somente seria obedecido se o Tribunal autorizasse a realização de prova pericial.

### **Análise**

4.6.39.16. O defendente não deixou claro que prova pericial seria necessária para que a defesa não fosse prejudicada. Entretanto, era livre ao defendente apresentar qualquer documentação que suportasse suas alegações, incluídas a

\* Associado eletronicamente ao feito



prova pericial que achasse devida. Não houve, até o momento, apresentação de qualquer documentação capaz de desqualificar o trabalho da equipe de auditoria que elaborou o Relatório Final de Auditoria acostado ao Processo nº 13.265/2012.

### **Argumento**

4.6.39.17. O advogado da antiga empresa QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. alegou (fls. 1070/1075) que não houve sobrepreço já que a empresa utilizou os parâmetros apresentados pelo SLU.

### **Análise**

4.6.39.18. A auditoria deste Tribunal verificou a existência de subestimativa da produtividade, no caso de varrição manual e mecanizada, assim como sobrepreço nas cotações apresentadas.

### **Argumento**

4.6.39.19. O advogado da antiga empresa QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. alegou (fls. 1075) que não foram consideradas diversas variáveis para validar a produtividade no serviço de varrição mecanizada.

### **Análise**

4.6.39.20. O defendente não demonstrou os custos das variáveis elencadas nem justificou a precificação do serviço de varrição mecanizada.

### **Argumento**

4.6.39.21. O advogado da antiga empresa QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. alegou (fls. 1076) que a equipe de auditoria deixou de considerar que a quantidade de coletores depende do tipo de caminhão e que a utilização de 20% de reserva técnica é aceitável.



### **Análise**

4.6.39.22. O defendente deixou, novamente, de demonstrar que os valores apresentados pela empresa são adequados e que a quantidade de coletores estava de acordo com os tipos de caminhões utilizados.

### **Argumento**

4.6.39.23. O advogado da antiga empresa QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. alegou (fls. 1076/1077) que o preço unitário é fruto da demanda e produtividade empregada que pode ser diferente em função de tipo de equipamento, logística de operação e geografia da região, que a produtividade da mão-de-obra deriva de uma série de fatores que não podem ser aferidos apenas pela literatura especializada, que o percentual de encargos sociais é inerente a cada empresa, e que não há limites legais máximos e mínimos de parâmetro para o BDI.

### **Análise**

4.6.39.24. O defendente apresentou diversos argumentos sem indicar qualquer dado que suporte as alegações ou que refute as conclusões da equipe de auditoria.

### **Outras considerações**

4.6.39.25. As defesas apresentadas pela Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, pelo Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e pela Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER foram analisadas nos §§ 4.3.12 ao 4.3.27, 4.5.4 ao 4.5.7, 4.6.17 ao 4.6.32 e 4.6.33.3 ao 4.6.33.41 e consideradas improcedentes.

4.6.39.26. A defesa apresentada pelo Sr. JOSÉ LEONARDO DOS SANTOS foi analisada nos §§ 4.6.36.15 ao 4.6.36.18 e considerada improcedente.

4.6.39.27. Cabe acrescentar que o Sr. ILDEU DE OLIVEIRA veio a falecer antes da citação.



## Conclusão

4.6.39.28. Desta forma, entendemos improcedentes as defesas apresentadas pelo Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO, pelo Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA, pela Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, pelo Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA, pela Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER, pelo Sr. JOSÉ LEONARDO DOS SANTOS e pela empresa SUSTENTARE SERVIÇOS AMBIENTAIS S.A., sucessora da empresa QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

4.6.40. Achado 8 – Sobrepreço nos contratos com a Empresa VALOR AMBIENTAL Ltda. (fls. 120/131)

Responsáveis (§ 418 – fls. 127/128); (§ 419 – fls. 128/129); (§ 420 – fls. 129/130); (§ 421 – fls. 130/131)	Prejuízo imputado
Maria de Fátima Ribeiro Có Empresa Valor Ambiental Ltda.	R\$ 2.363.914,15 R\$ 3.065.618,24 R\$ 2.694.078,39 R\$ 341.279,80

4.6.40.1. A equipe de auditoria identificou sobrepreço nos contratos celebrados com a Empresa Valor Ambiental Ltda., relativamente aos serviços de:

- varrição manual de vias e logradouros (a estimativa de mão-de-obra necessária para a varrição manual de vias era de 1.700 m de sarjeta/dia/gari, enquanto que a equipe de auditoria, sustentada pela literatura especializada, calculou a produtividade esperada, a qual alcançou o valor de 2.900 m de sarjeta/dia/gari, utilização do percentual de encargos sociais de 92,00% quando o trabalho do TCDF verificou que o aceitável seria 70,64% - Decisão nº 544/2010 e de inclusão de IRPJ e CSLL na composição do BDI);
- coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares (remuneração do capital imobilizado acima do praticado no mercado – utilizaram a taxa mensal de 1,9%, muito acima da rentabilidade de fundos de renda fixa ou da taxa



SELIC, depreciação elevada pela desconsideração de valor residual dos veículos – vida útil de 60 meses com valor residual nulo, inclusão indevida do IRPJ e da CSLL como imposto sobre faturamento – o item “Impostos” parcela referente ao Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica – IRPJ (25% sobre o somatório da taxa de administração com o lucro) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (9% sobre o somatório da taxa de administração com o lucro). Tal inclusão, além de feita sobre parcela maior que o lucro, não é incluída como parcela do lucro bruto. E percentual excessivo de encargos sociais sobre a mão-de-obra direta – utilização do percentual de 83,3% quando o trabalho do TCDF verificou que o aceitável seria 70,64% - Decisão nº 544/2010);

- varrição mecanizada de vias – subestimativa da produtividade da varredeira mecânica.

4.6.40.2. Constatou sobrepreço nos serviços de coleta e transporte mecanizado de resíduos sólidos domiciliares e varrição manual de vias e logradouros no Contrato nº 26/2007 (R\$ 2.363.914,15), no Contrato nº 09/2008 (R\$ 3.065.618,24) e no Contrato nº 07/2009 (R\$ 341.279,80) e serviços de coleta e transporte mecanizado de resíduos sólidos domiciliares, varrição manual de vias e logradouros e varrição mecanizada de vias no Contrato nº 20/2008 (R\$ 2.694.078,39). Não foi identificado sobrepreço nos Contratos nº 15/2009, 16/2009, 41/2009, 09/2010 e 31/2010.

### **Argumento**

4.6.40.3. Os advogados da empresa VALOR AMBIENTAL LTDA. alegaram (fls. 1880 e 1882) que as composições dos encargos sociais traduzem situações peculiares de cada empresa e não tem percentuais fixos e imutáveis, sendo a exigência da apresentação da composição detalhada dos encargos sociais uma demonstração deste fato.



## **Análise**

4.6.40.4. Este Tribunal não considerou imutável a legislação trabalhista em momento algum, apenas realizou estudo sobre a referida norma e concluiu pela aceitabilidade do percentual de 70,64% para encargos sociais, sendo que os percentuais divergentes deveriam ser justificados.

## **Argumento**

4.6.40.5. Os advogados da empresa VALOR AMBIENTAL LTDA. alegaram (fls. 1880/1882 e 1891) que o Edital de Licitação da Concorrência nº 003/2007-CEL/SLU dispôs, em sua planilha de custos, que o percentual a ser utilizado para encargos sociais era o mesmo da proposta da contratada.

## **Análise**

4.6.40.6. A planilha de custos anexa ao Edital de Licitação – Concorrência Pública nº 003/2007 – CEL/SLU (fls. 01/146 do anexo VI\* do Processo nº 13.265/2012) previa o pagamento de encargos sociais no montante de 92,43% (fls. 06/08 do anexo VI\* do Processo nº 13.265/2012).

4.6.40.7. A planilha de custos integrante do referido edital de licitação apresentou apenas o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme disposto no artigo 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993. A apresentação da proposta deveria ajustar os valores dos encargos sociais devidos à época e não utilizar este subterfúgio para aumentar sua margem de lucro.

4.6.40.8. Cabe acrescentar que os contratos citados neste achado de auditoria eram emergenciais e não fruto da concorrência citada.

## **Argumento**

4.6.40.9. Os advogados da empresa VALOR AMBIENTAL LTDA. alegaram (fls. 1883/1887 e 1890/1891) que a inclusão de IRPJ e CSLL no BDI era necessária para a realização do contrato e que, se não fosse incluída no BDI, seria diluída

\* Associado eletronicamente ao feito



sobre o preço unitário, citando o Acórdão nº 1.591/2008 – Plenário do TCU como precedente.

### **Análise**

4.6.40.10. A equipe de auditoria identificou que o IRPJ e o CSLL incidiam sobre parcela maior do que o lucro (taxa de administração somada ao lucro) e não foi incluída como parcela do lucro bruto. Assunto não abordado pela defesa.

### **Argumento**

4.6.40.11. Os advogados da empresa VALOR AMBIENTAL LTDA. alegaram (fls. 1888/1889) que a remuneração do capital era adequada para uma empresa privada receber pelos serviços prestados, conforme pesquisa de juros da ANEFAC<sup>12</sup> publicada em 18/07/2007 e relatório FEBRABAN – Evolução do Crédito do Sistema Financeiro – Edição de 29/01/2008 (fls. 1954/1961).

### **Análise**

4.6.40.12. O defendente não demonstrou que a utilização da taxa de remuneração na ordem de 1,9% era adequada.

4.6.40.13. A publicação da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade – ANEFAC (fl. 1955) utilizou quatro linhas de crédito para pessoa jurídica sem detalhar quais, assim como não especificou a fórmula do cálculo da média dos juros a serem considerados, buscando demonstrar que a variação da taxa de juros média não acompanhou a variação da SELIC. Os dados constantes da publicação não demonstram qual o percentual a ser utilizado para remunerar adequadamente o capital da empresa a ser suportado pela Administração.

4.6.40.14. A publicação da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, edição de 29/01/2008, informa que a taxa de juros para pessoa jurídica, em dezembro de 2007, ficou em 22,9% ao ano com tendência decrescente (fl. 1960).

<sup>12</sup> <http://www.sp.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/SP/estudo-da-anefac-mostra-que-queda-dos-juros-nao-acompanha-selic,39905f6a2d136410VgnVCM1000003b74010aRCRD>

\* Associado eletronicamente ao feito





Não comprova a adequação do índice questionado, ainda mais, quando o mesmo percentual foi utilizado em diversos contratos assinados em períodos diferentes.

### **Argumento**

4.6.40.15. Os advogados da empresa VALOR AMBIENTAL LTDA. alegaram (fls. 1889/1890) que aplicavam o desconto sobre o valor calculado, R\$ 71,05/tonelada, alcançando o preço unitário de R\$ 67,74/tonelada, compensando qualquer impacto que a metodologia usada para cálculo da depreciação.

### **Análise**

4.6.40.16. A equipe de auditoria identificou que o valor unitário do mercado era cotado em R\$ 48,59/tonelada (fl. 37 do anexo XIX\* do Processo nº 13.265/2012), em contraposição do utilizado pela contratada, calculado em R\$ 67,74/tonelada. Desta forma, não houve compensação da depreciação com a utilização de desconto.

### **Argumento**

4.6.40.17. Os advogados da empresa VALOR AMBIENTAL LTDA. alegaram (fl. 1892) que a equipe de auditoria não analisou as planilhas de custos referente à varrição mecanizada e, por este motivo, não poderiam alegar sobrepreço.

### **Análise**

4.6.40.18. O defendente deixou de apresentar a planilha de custos pertinente. Desta forma, não comprovou que o achado da equipe de auditoria estava equivocado.

### **Argumento**

4.6.40.19. Os advogados da empresa VALOR AMBIENTAL LTDA. alegaram (fls. 1893/1896) que a produtividade adequada era de 30 km/turno na varrição mecanizada, citando a Cartilha de Limpeza Urbana, que indicou a velocidade de varrição de 3 a 5 km/h, o Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos

\* Associado eletronicamente ao feito



Sólidos, que indicou que uma varredeira de grande porte limparia 30 km/turno, e Resíduos Sólidos: Otimização do Sistema de Varrição Pública, ReCESA/2009, que indicou o rendimento médio de 5 a 10 km/h.

4.6.40.20. O defendente calculou que a produtividade de 30 km/turno, se considerarmos um turno de 7,3 horas, alcançaria 4,1 km/h.

### **Análise**

4.6.40.21. A equipe de auditoria verificou prejuízo na execução do Contrato nº 20/2008 na ordem de R\$ 8.291,66 na prestação de serviço de varrição mecanizada.

4.6.40.22. Os estudos consultados ratificam a estimativa feita pela equipe de auditoria de média de 8 km/h, sendo esta a menor velocidade apresentada no estudo *Gestão de resíduos sólidos no Brasil*.

4.6.40.23. O Papel de Trabalho 115 (fls. 76/89 do anexo XIX\* do Processo nº 13.265/2012) indicou (fl. 83 daquele anexo) uma velocidade média de 8,0 km/h, no exercício de 2008. O Papel de Trabalho 116 (fls. 90/103 do anexo XIX\* do Processo nº 13.265/2012) indicou (fl. 83 daquele anexo) uma velocidade média de 8,0 km/h, no exercício de 2009.

4.6.40.24. O prejuízo identificado foi gerado pelo superfaturamento do valor unitário contratado (R\$ 34,57), sendo que o valor unitário de mercado era de R\$ 17,14 (fl. 107 do anexo XIX\* do Processo nº 13.265/2012).

### **Argumento**

4.6.40.25. Os advogados da empresa VALOR AMBIENTAL LTDA. alegaram (fl. 1897/1899) que a equipe de auditoria subdimensionou a frota de caminhões compactadores ao elaborar a planilha do serviço de coleta domiciliar influenciando o custo do valor de mercado. Apresentou (fl. 1898) o cálculo da quantidade de resíduos sólidos seria transportado com a quantidade de veículos indicada pela

\* Associado eletronicamente ao feito



equipe de auditoria confrontando com a quantidade faturada buscando justificar o dimensionamento da frota contratada.

### **Análise**

4.6.40.26. A equipe de auditoria verificou o prejuízo na prestação do serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares gerados pela remuneração do capital imobilizado acima do praticado no mercado, pela depreciação elevada com desconsideração do valor residual dos veículos, pela inclusão indevida do IRPJ e CSLL como impostos sobre o faturamento e pelo percentual excessivo de encargos sociais sobre a mão-de-obra direta. Não houve questionamento sobre o volume da frota de veículos.

### **Argumento**

4.6.40.27. Os advogados da empresa VALOR AMBIENTAL LTDA. alegaram (fl. 1902/1913) que não houve prejuízo se fossem aceitas as premissas de que não houve subdimensionamento de frota, superfaturamento de preço ou qualquer outra irregularidade identificada pela equipe de auditoria.

### **Análise**

4.6.40.28. Não existiria a ocorrência de prejuízo na ausência de irregularidades. Entretanto, as alegações apresentadas, até o momento, não desconstruíram os achados de auditoria identificados por este Tribunal.

### **Outras considerações**

4.6.40.29. A defesa apresentada pela Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ foi analisada nos §§ 4.3.12 ao 4.3.27, 4.5.4 ao 4.5.7, 4.6.17 ao 4.6.32 e 4.6.33.4 ao 4.6.33.41 e considerada improcedente.



## Conclusão

4.6.40.30. Desta forma, entendemos improcedentes as defesas apresentadas pela Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ e pela empresa VALOR AMBIENTAL LTDA.

4.6.41. Achado 9 – Sobrepreço nos contratos com a Empresa ENGETÉCNICA Ltda. (fls. 131/143)

Responsáveis (§ 455 – fl. 139); (§ 456 – fls. 140/141); (§ 457 – fls. 141/142); (§ 458 – fls. 142/143)	Prejuízo imputado
Maria de Fátima Ribeiro Có Empresa ENGETÉCNICA Ltda.	R\$ 1.383.139,78 R\$ 1.332.659,97 R\$ 462.553,57 R\$ 202.389,38

4.6.41.1. A equipe de auditoria identificou sobrepreço nos contratos celebrados com a Empresa ENGETÉCNICA Ltda., relativamente aos serviços de:

- varrição manual de vias e logradouros (a estimativa de mão-de-obra necessária para a varrição manual de vias era de 1.400 m de sarjeta/dia/gari, enquanto que a equipe de auditoria, suportada pela literatura especializada, calculou a produtividade esperada, alcançando o valor de 2.900 m de sarjeta/dia/gari, utilização do percentual de encargos sociais de 94,2% quando o trabalho do TCDF verificou que o aceitável seria 70,64% - Decisão nº 544/2010, inclusão indevida da Administração Central nos custos diretos – foram incluídos diversos profissionais que estavam, também, sendo custeados no item Administração, no percentual de 3% e de inclusão de IRPJ e CSLL na composição do BDI);
- coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares (custo elevado de manutenção dos veículos – aplicação do percentual de 1,33% sobre o valor do veículo novo (R\$ 3.173,33), a título de custo mensal, enquanto que o valor calculado pela literatura especializada alcançaria o valor de R\$ 835,00 (um turno) ou R\$ 1.670,13 (dois turnos), percentual excessivo de encargos sociais

\* Associado eletronicamente ao feito



sobre a mão-de-obra direta – utilização do percentual de 94,2% quando o trabalho do TCDF verificou que o aceitável seria 70,64% - Decisão nº 544/2010, inclusão indevida da Administração Central nos custos diretos – foram incluídos diversos profissionais que estavam, também, sendo custeados no item Administração, no percentual de 5%, inclusão indevida do IRPJ e da CSLL como imposto sobre faturamento – o item “Impostos” parcela referente ao Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica – IRPJ (4,8% sobre o faturamento total) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (2,88% sobre o faturamento total). Tal inclusão, além de feita sobre parcela maior que o lucro, não é incluída como parcela do lucro bruto.);

- coleta e transporte mecanizado de entulhos – sobrepreço.

4.6.41.2. A auditoria constatou sobrepreço nos serviços de coleta e transporte mecanizado de resíduos sólidos domiciliares, coleta e transporte mecanizados de entulhos e varrição manual de vias e logradouros no Contrato nº 25/2007 (R\$ 1.383.139,78) e no Contrato nº 08/2008 (R\$ 1.332.659,97) e coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e varrição manual de vias e logradouros no Contrato nº 19/2008 (R\$ 462.553,57) e no Contrato nº 06/2009 (R\$ 202.389,38).

### **Argumento**

4.6.41.3. O advogado da empresa ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. alegou (fl. 2046) que os contratos emergenciais, naturalmente, são firmados a preços maiores do que o de mercado.

### **Análise**

4.6.41.4. A equipe de auditoria, em posse desta informação, considerou uma margem de tolerância no percentual de 20% acima do preço de mercado. Assim, foi considerado prejuízo o que ultrapassou esta margem.



### **Argumento**

4.6.41.5. O advogado da empresa ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. alegou (fl. 2047) que os contratos emergenciais não previam os mesmos serviços dos editais anteriores e, portanto, não se poderia adotar os preços praticados anteriormente como parâmetro.

### **Análise**

4.6.41.6. A equipe de auditoria, ao calcular o preço de mercado, obteve os custos de mão-de-obra e equipamento dos anos de vigência dos contratos.

### **Argumento**

4.6.41.7. O advogado da empresa ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. alegou (fl. 2047) que a concorrência das empresas ditou o preço de mercado quando da apresentação das propostas.

### **Análise**

4.6.41.8. O preço de mercado é aferido pelos custos suportados somados aos lucros auferidos pelas empresas que atuam no mesmo ramo de atividade da licitação e não somente das empresas que apresentaram propostas.

### **Argumento**

4.6.41.9. O advogado da empresa ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. alegou (fl. 2049) que inexistiu qualquer duplicidade de serviço ou de pagamento.

### **Análise**

4.6.41.10. A equipe de auditoria apontou duplicidade de pagamento na inclusão de diversos profissionais nos itens Administração Central e Administração.



### **Argumento**

4.6.41.11. O advogado da empresa ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. alegou (fls. 2052/2053) que a tabela do SINAPI da Caixa Econômica Federal, relativa ao mês de agosto de 2010, adotou um percentual de 82,35% de encargos sociais e a SINDUSCON JP um percentual de 104,12%. Desta forma, a utilização do índice de 94,2% estava de acordo com a média.

### **Análise**

4.6.41.12. Os contratos são relativos aos exercícios de 2007 a 2009, período não abrangido pelas tabelas citadas. Não houve comprovação de que os custos dos encargos sociais estavam de acordo com a legislação.

### **Argumento**

4.6.41.13. O advogado da empresa ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. colacionou (fls. 2053/2054) publicação do TCU versando sobre a inclusão de item Administração Central, onde a referida taxa visa custear as despesas com manutenção e operação do escritório central, decorrendo do rateio das despesas administrativas do escritório central por todas as obras que a empresa esteja executando no período.

### **Análise**

4.6.41.14. Segundo a citada publicação<sup>13</sup>, incluem-se “entre os gastos com administração central: aluguel do escritório central, manutenção da edificação da sede da empresa, compra de material de expediente para o escritório central, despesas com aquisição de editais e elaboração de propostas comerciais, prolabore e representação da diretoria, despesas com atividades administrativo-financeiras (manutenção da secretaria da sede da empresa e de setores de contabilidade, de recursos humanos, de compras, de finanças e de cobranças), dentre outros.” Entretanto, a equipe de auditoria verificou a

<sup>13</sup> <http://revista.tcu.gov.br/ojsp/index.php/RTCU/article/download/889/954>

\* Associado eletronicamente ao feito





inclusão de diversos profissionais que faziam parte da administração da empresa (vigia, auxiliar de escritório, encarregado de manutenção, mecânico, ...) e foram incluídos, também, no custo do item Administração.

4.6.41.15. Cabe acrescentar que as despesas relacionadas na citada publicação se referem à obra e não à prestação de serviço, objeto desta TCE e não houve o questionamento da inclusão do referido item, mas do pagamento em duplicidade de profissionais que atuariam na prestação de serviço de limpeza.

### **Argumento**

4.6.41.16. O advogado da empresa ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. colacionou (fls. 2054/2056) decisões do TCU sobre a inclusão de IRPJ e CSLL no BDI, deliberando que a simples inclusão destes tributos no BDI não acarreta prejuízo ao erário.

### **Análise**

4.6.41.17. A equipe de auditoria verificou que a empresa utilizou, como base de cálculo dos referidos tributos, o faturamento total, ao invés do lucro, incrementando os valores incluídos no BDI.

### **Argumento**

4.6.41.18. O advogado da empresa ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. alegou (fls. 2056/2057) que a equipe de auditoria não levou em consideração que os veículos de coleta de resíduos sólidos urbanos pertencem a uma classe de transporte única e com diversas particularidades que devem ser observadas aumentando o custo de manutenção e que os veículos trafegavam em 1ª ou 2ª marcha, transportam carga altamente abrasiva e corrosiva, trafegam em maior parte do tempo em ruas internas, com alto índice de acidentes e a ida ao aterro sanitário compromete o sistema de amortecimento e causa alto índice de perda de pneus, em razão das condições de trafegabilidade das vias de acesso.



## **Análise**

4.6.41.19. Todos os veículos possuem características únicas, dependendo da utilização. Não houve comprovação de que os veículos trafegavam, em sua maioria, em primeira e segunda marchas ou que as condições das vias de acesso geravam desgastes que não foram identificados na vistoria dos locais de transbordo.

4.6.41.20. Não houve comprovação de que os custos de manutenção calculados pela equipe de auditoria foram subestimados.

## **Argumento**

4.6.41.21. O advogado da empresa ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. alegou (fl. 2058) que este Tribunal não observou a “dosimetria constitucional para sua aplicação (CF, art. 5º, XLV e XLVI), nem mesmo a proporcionalidade no cálculo do suposto dano causado ao erário (CF, art. 71, VIII) em consonância com a despesa que deve causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública (CF, art. 72, § 2º).”

## **Análise**

4.6.41.22. O inciso XLV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB dispõe que “*Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*” “*nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido*”. Este Tribunal está responsabilizando a empresa que prestou inadequadamente o serviço com sobrepreço, não cabendo arguir norma prevista para resguardar pessoa física.

\* Associado eletronicamente ao feito



4.6.41.23. O inciso XLV do artigo 5º da CRFB dispõe que *“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:”* *“a lei regulará a individualização da pena”*. Apesar de não caber utilizar o referido normativo ao defender empresa, tendo em vista que o artigo visa garantir direitos individuais da pessoa física, o Tribunal individualizou a responsabilidade.

4.6.41.24. O inciso VIII do artigo 71 da CRFB trata das competências do Tribunal de Contas da União – TCU, onde prevê a aplicação de *“aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário”*. Esta TCE trata de ressarcimento ao erário e não de aplicação de multa.

4.6.41.25. O § 2º do artigo 72 da CRFB trata das competências da Comissão Mista Permanente, onde prevê que *“Entendendo o Tribunal irregular a despesa, a Comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá ao Congresso Nacional sua sustação”*. Não houve, nesta TCE, a proposição de sustação de contrato já expirado.

### **Argumento**

4.6.41.26. O advogado da empresa ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. alegou (fl. 2058) que não é cabível o pedido de devolução integral do valor auferido pelos contratos, sendo que houve a prestação do serviço.

### **Análise**

4.6.41.27. A equipe de auditoria identificou sobrepreço em alguns itens, sendo os valores pagos à maior objeto de ressarcimento ao erário, não havendo a exigência de devolução de todos os valores pagos à empresa por força dos contratos inquinados.

\* Associado eletronicamente ao feito



## Outras considerações

4.6.41.28. A defesa apresentada pela Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ foi analisada nos §§ 4.3.12 ao 4.3.27, 4.5.4 ao 4.5.7, 4.6.17 ao 4.6.32 e 4.6.33.3 ao 4.6.33.41 e considerada improcedente.

## Conclusão

4.6.41.29. Desta forma, entendemos improcedentes as defesas apresentadas pela Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ e pela empresa ENGETÉCNICA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

4.6.42. Achado 10 - Sobrepreço no Contrato nº 14/2009, com a Empresa Valor Ambiental, pela utilização, na composição de custos dos serviços de varrição manual, de índices de produtividade inadequados, excessivo percentual de encargos sociais e inclusão indevida de impostos e contribuições no BDI. (fls. 144/148)

Responsáveis (§ 477 – fl. 148)	Prejuízo imputado
Maria de Fátima Ribeiro Có Divino Dias de Santana Juliane Berber Empresa Valor Ambiental Ltda.	R\$ 2.638.973,26

4.6.42.1. A equipe de auditoria identificou sobrepreço nos contratos celebrados com a Empresa Valor Ambiental Ltda.:

- quantidade da mão-de-obra direta necessária (a estimativa de mão-de-obra necessária para a varrição manual de vias era de 1.800 m de sarjeta/dia/gari, enquanto que a equipe de auditoria, suportada pela literatura especializada, calculou o valor da produtividade esperada, a qual alcançou o índice de 2.900 m de sarjeta/dia/gari);



- percentual excessivo de encargos sociais sobre a mão-de-obra direta – utilização do percentual de encargos sociais de 85,0% quando o trabalho do TCDF verificou que o aceitável seria 70,64% - Decisão nº 544/2010, inclusão indevida do IRPJ e da CSLL como imposto sobre faturamento – o item “Impostos” parcela referente ao Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica – IRPJ (25% sobre o somatório da taxa de administração com o lucro) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (9% sobre o somatório da taxa de administração com o lucro). Tal inclusão, além de feita sobre parcela maior que o lucro, não é incluída como parcela do lucro bruto.

4.6.42.2. Constatou sobrepreço nos serviços de varrição manual de vias e logradouros e coleta e transporte mecanizado de resíduos sólidos domiciliares no Contrato nº 14/2009 (R\$ 2.638.973,26).

### **Argumento**

4.6.42.3. Os advogados da empresa VALOR AMBIENTAL LTDA. alegaram (fls. 1916/1917) que o Contrato nº 14/2009 é oriundo de processo licitatório, onde ocorreu uma acirrada disputa, inclusive judicial, resultando em preços finais adequados.

### **Análise**

4.6.42.4. A simples participação em procedimento licitatório não garante à Administração a contratação por preço compatível com o de mercado. Isto somente ocorreria se houvesse a adequada avaliação do mercado quando da abertura da licitação, o que não ocorreu.

4.6.42.5. O defendente não demonstrou a adequação dos preços aos de mercado.



## **Argumento**

4.6.42.6. Os advogados da empresa VALOR AMBIENTAL LTDA. questionaram (fl. 1917) a utilização da planilha elaborada pela equipe de auditoria em detrimento da proposta apresentada pela empresa à época da licitação.

## **Análise**

4.6.42.7. A equipe de auditoria apresentou a metodologia para aferição do preço de mercado no § 24 do Relatório Final de Auditoria (fl. 16), o qual transcreveremos.

*“24. Para verificação dos preços pactuados, foram elaboradas composições de custo de mercado à época da contratação, tendo como referência convenções coletivas de trabalho (fls. 120/176 do Anexo V), índices (fls. 109/119 do Anexo V) e preços de referência do mercado, conforme premissas apresentadas no PT-04 (fls. 01/04 do Anexo II). Com isso, foi possível cotejar os valores contratados com os de mercado. Os PT-05 ao PT-12 (fls. 05/226 do Anexo II e fls. 01/74 do Anexo III) se referem aos custos de mão de obra e equipamentos afetos aos serviços auditados entre os anos de 2006 e 2012.”*

4.6.42.8. Em contraposição, o defendente apenas alegou que a proposta apresentada na licitação estava condizente com os preços de mercado sem apresentar a documentação comprobatória que a suportasse.

## **Argumento**

4.6.42.9. Os advogados da empresa VALOR AMBIENTAL LTDA. alegaram (fls. 1923/1925) que não foi verificada a devida proporcionalidade quando a equipe de auditoria considerou a utilização de 3 mini ônibus para um contingente de 133 trabalhadores e 4 para um contingente de 242.



### **Análise**

4.6.42.10. Apesar da observação, o defendente não demonstrou que a empresa utilizou mais de 3 ou 4 mini ônibus para executar os serviços, pois, se calcularmos que 242 trabalhadores utilizaram 4 mini ônibus, chegaremos à conclusão de que 133 trabalhadores necessitariam de 2,2 mini ônibus, o que demandaria a utilização de 3 mini ônibus, ratificando o cálculo da equipe de auditoria.

### **Argumento**

4.6.42.11. Os advogados da empresa VALOR AMBIENTAL LTDA. alegaram (fl. 1926) que toda licitação e contratação é precedida de minucioso planejamento, visando possibilitar aos fornecedores a apresentação de propostas de acordo com a amplitude do objeto licitado e que a Concorrência 003/2007 – CEL/SLU cumpriu com todos os princípios legais previstos na Lei de Licitações.

### **Análise**

4.6.42.12. O planejamento equivocado da referida licitação é objeto de questionamento neste feito, tendo em vista que os servidores responsáveis pela elaboração do projeto básico estão sendo chamados em audiência pela verificação de superfaturamento ocasionado pelo subdimensionamento das produtividades.

### **Argumento**

4.6.42.13. Os advogados da empresa VALOR AMBIENTAL LTDA. alegaram (fl. 1927) que a contratação emergencial não adequou a previsão da amortização dos valores e, por esta razão, os preços ajustados foram maiores do que os preços derivados de uma licitação normal.

### **Análise**

4.6.42.14. A equipe de auditoria, ciente do fato, acatou variações de preços dentro de margens percentuais aceitáveis, nos casos de contratações emergenciais, conforme explicitamente citado no Relatório Final de Auditoria.

\* Associado eletronicamente ao feito





Mesmo com a adoção de margem de aceitação, a equipe de auditoria verificou sobrepreço em diversas prestações de serviços.

### **Argumento**

4.6.42.15. Os advogados da empresa VALOR AMBIENTAL LTDA. alegaram (fl. 1928) que os *“questionamentos levantados em desfavor da VALOR podem AFRONTAR ATÉ MESMO A MORALIDADE ADMINISTRATIVA, que deve permear toda a atividade do administrador público. A moralidade administrativa exige uma atividade responsável e coerente para a correta identificação dos padrões de conduta que individualizam o bom administrador, vinculando-o à finalidade pública que é peculiar à atividade estatal, sempre com a necessária impessoalidade que deve estar presente em atos desta natureza.”*

### **Análise**

4.6.42.16. Os princípios que regem a Administração Pública estão sendo observados na medida em que a equipe de auditoria motivou todas as conclusões com dados consistentes, margens de aceitação de preços razoáveis, indicação individualizada de responsáveis e demonstração do nexo de causalidade.

### **Argumento**

4.6.42.17. Os advogados da empresa VALOR AMBIENTAL LTDA. alegaram (fl. 1929) que a *“composição econômico-financeira é intangível, ou seja, a equivalência inicial estipulada no contrato não pode ser modificada.”*

### **Análise**

4.6.42.18. O recebimento de valores não compatíveis com a prestação do serviço é classificado como enriquecimento sem justa causa. Os sobrepreços identificados pela equipe de auditoria foram gerados por pagamentos sem a contraprestação devida e sua correção deve, necessariamente, alterar o equilíbrio



econômico-financeiro prejudicial à Administração, tendo em vista que o bem público sempre sobrepuja a condição individual da pessoa física ou jurídica.

### **Outras considerações**

4.6.42.19. As defesas apresentadas pela Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, pelo Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e pela Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER foram analisadas nos §§ 4.3.12 ao 4.3.27, 4.5.4 ao 4.5.7, 4.6.17 ao 4.6.32 e 4.6.33.3 ao 4.6.33.41 e consideradas improcedentes.

### **Conclusão**

4.6.42.20. Desta forma, entendemos improcedentes as defesas apresentadas pela Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, pelo Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA, pela Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER e pela empresa VALOR AMBIENTAL LTDA.

5. Os Srs. PEDRO LUIZ RENNÓ e EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA e a Sra. MARTA ROSANE CABRAL apresentaram, em 07/06/2016, aditamento à defesa (fls. 2206/2207).

5.1. Os defendentes alegaram que a Decisão nº 1781/2016, que deliberou sobre as contas dos administradores e demais responsáveis pelo SLU/DF, relativas ao exercício de 2012, considerou os subitens 3.2 – Utilização de percentual de reserva técnica nas planilhas referenciais de custo acima do permitido pela legislação e 3.6 – Utilização de frota de veículos coletores compactadores com vida útil acima de 36 meses do Relatório de Auditoria nº 06/2013 – DIMAT/CONIE/CONT/STC como ressalvas às contas. Desta forma, esta TCE não poderia considerar fatos semelhantes como passíveis de gerarem prejuízo aos cofres do SLU/DF.

5.2. O Subitem 3.2 do Relatório de Auditoria nº 06/2013 – DIMAT/CONIE/CONT/STC, associado eletronicamente ao feito, referiu-se à análise do Contrato nº 13/2012, celebrado entre o SLU/DF e a empresa Valor Ambiental

\* Associado eletronicamente ao feito



Ltda. Desta forma, não houve, por parte daquela auditoria, apreciação da execução do Contrato nº 26/2010 ou do nº 27/2010.

5.3. O Controle Interno verificou, naquela oportunidade, apenas os aspectos técnicos do Contrato nº 13/2012, ao contrário da auditoria efetuada por este Tribunal, que analisou a execução dos Contratos nº 26/2010 e 27/2010.

5.4. O Achado nº 02 abordou a utilização da rubrica Serviços Diversos para cobrir as ausências ou o reforço da mão-de-obra na execução dos serviços de varrição, catação e pintura de meio fio, tornando desnecessária a existência da rubrica Reserva Técnica. Portanto, aquela análise não é semelhante à tratada nesta TCE.

5.5. O Subitem 3.6 do Relatório de Auditoria nº 06/2013 – DIMAT/CONIE/CONT/STC, associado eletronicamente ao feito, se referiu à análise do Contrato nº 12/2012, celebrado entre o SLU/DF e a empresa Sustentare Engenharia Ambiental S.A. Desta forma, não houve, por parte daquela auditoria, apreciação da execução do Contrato nº 26/2010 ou do nº 27/2010.

5.6. O Controle Interno se baseou em documentação não hábil para comprovar a utilização dos veículos com vida útil superior a 36 meses, por este motivo, deixaram de indicar a ocorrência como irregularidade.

5.7. A auditoria deste Tribunal se deslocou até o SLU/DF para realizar suas tarefas e verificou a ocorrência de prejuízo com a utilização de veículos em desconformidade com o Edital da Concorrência nº 3/2007 e com os Contratos nº 26/2010 e 27/2010.

5.8. Portanto, as ressalvas ocorridas nas Contas Anuais do SLU/DF, relativas ao exercício de 2012, não afastam as irregularidades verificadas nestas contas especiais.



**6. Da Decisão nº 1.226/2015**

6.1. O Tribunal, por meio da Decisão nº 1.226/2015 (fl. 2272), autorizou, em seu item IV, a *"extração de cópia da Informação n.º 04/2015 – DIAUD1 (fls. 420/430), do relatório/voto do Relator e do Ofício n.º 856/2014-DIGER/SLU (fls. 400/412 e Anexo XXVI – e a sua juntada ao Processo n.º 23.278/2014), a fim de subsidiar o exame da Tomada de Contas Especial pela Secretaria de Contas"*.

6.2. A Informação nº 04/2015 – DIAUD1 (fls. 2273/2284) analisou a resposta à diligência determinada pela Decisão nº 3.474/2014, realizada por meio do Ofício nº 856/2014-DIGER/SLU (fls. 2299/2305).

6.3. O referido ofício apresentou contestações aos Achados 2 e 3 e às responsabilizações propostas pela auditoria. Consta na Informação nº 04/2015 – DIAUD1, em seus parágrafos 36 e 37, considerações sobre o assunto, conforme transcrito a seguir.

*"36. As manifestações acerca dos temas citados dizem respeito à apuração do débito evidenciado no Relatório de Auditoria e das responsabilizações propostas, situações que foram convertidas em Tomada de Contas Especial e que vem sendo conduzidas no bojo do Processo nº 23.278/2014, em atenção ao item IV da Decisão nº 3474/2014.*

*37. Nesse sentido, entende-se que a manifestação do SLU, no tocante a esses aspectos, deve ser apreciada na citada TCE. Assim, deverá o Tribunal autorizar a extração de cópia do Ofício nº 856/2014-DIGER/SLU (fls. 400/412 e Anexo XXVI) e a sua juntada ao Processo nº 23.278/2014, a fim de subsidiar o exame da TCE pela Secretaria de Contas."*

**Argumento**

6.4. O Diretor-Geral do SLU, por meio do Ofício nº 856/2014-DIGER/SLU (fl. 2302), alegou que a quantidade de equipes compostas por 15

\* Associado eletronicamente ao feito



(quinze) garis cada, que prestaram serviços na modalidade de "Serviços Diversos", foi superior à quantidade mínima exigida no edital (conforme constatado nas planilhas de medição - Anexo V), o que comprova não ter ocorrido descontinuidade deste serviço. Estas equipes de Serviços Diversos desempenhavam as atividades de roçagem das beiradas dos meios fios, varrição dos detritos (grama e terra) proveniente da roçagem, para posteriormente, realizarem a pintura do mesmo.

6.5. O Diretor-Geral do SLU, por meio do Ofício nº 856/2014-DIGER/SLU (fl. 2302.v), alegou, ainda, que a equipe de serviços gerais também é responsável pela varrição de pátios de estacionamentos, locais onde se realizaram eventos como: festas, shows, encontros religiosos, etc. Em locais públicos, tais como, feiras livres, vias públicas quando ocorrem acidentes e, por isso exige limpeza, etc., ou seja, serviços onde a medição seria por m<sup>2</sup>, portanto não está contemplada no serviço regular de varrição onde a medição é metro linear, atendendo a exigência do edital.

6.6. O Diretor-Geral do SLU, por meio do Ofício nº 856/2014-DIGER/SLU (fl. 2303.v), acrescentou que o percentual, referente a reserva técnica, com relação ao valor total do custo era de 8,62% e não de 9,44%.

### **Análise**

6.6.1. A equipe de auditoria verificou que os serviços faturados na rubrica Serviços Diversos estavam sendo utilizados nos serviços abrangidos pela rubrica Reserva Técnica e que os serviços faturados como Reserva Técnica não foram executados.

6.6.2. O Controle Interno verificou que a jurisdicionada pagou valores relativos à reserva técnica sendo que a empresa executava apenas 57,07% dos serviços previstos no Contrato nº 26/2010 (§ 104 do Relatório Final de Auditoria, fl. 39), fato ratificado pelos defendentes.

6.6.3. O valor, relativo a reserva técnica, deveria ser pago somente se houvesse sua utilização e não como uma "taxa adicional" conforme informado.

\* Associado eletronicamente ao feito



6.6.4. A equipe de auditoria verificou que o pagamento da reserva técnica não se justificava diante da utilização da rubrica Serviços Diversos quando se necessitava de acréscimo no serviço.

### **Argumento**

6.7. O Diretor-Geral do SLU, por meio do Ofício nº 856/2014-DIGER/SLU (fl. 2304), alegou que não concorda com a responsabilização da empregada Zélia Maria de Andrade Santana, designada executora dos Contratos nº 26/2010 e 27/2010 em 20/06/2012, sendo que os ajustes foram rescindidos em 19/06/2012.

### **Análise**

6.7.1. A análise efetuada nesta TCE isentou a referida empregada, tendo em vista que fora designada suplente da executora e não consta sua assinatura em qualquer uma das faturas relativas aos mencionados contratos.

### **Argumento**

6.8. O Diretor-Geral do SLU, por meio do Ofício nº 856/2014-DIGER/SLU (fl. 2304.v), alegou que a equipe de auditoria, ao afirmar que a documentação de medição de campo para os serviços de varrição manual não dá suporte aos valores faturados, equivocou-se, pois a quilometragem aferida pelos Executores foi igual a quilometragem paga, conforme os comprovantes de medição anexados.

6.9. O Diretor-Geral do SLU, por meio do Ofício nº 856/2014-DIGER/SLU (fl. 2304.v), alegou, ainda, que planilha de consolidação que é o Documento de Controle Administrativo, não vai para os autos do processo, mas, é elaborada pelo Executor, no caso a servidora Celia Maria Santos Pessoa, e serve como base para que sejam computadas as medições dos "Controles Diários de Presença da Varrição Manual e Equipes de Serviços Complementares", aplicando-se as glosas, quando for o caso, por serviços não executados.

\* Associado eletronicamente ao feito



## **Análise**

6.9.1. A equipe de auditoria anotou que “os valores faturados pela Contratada resultam da consolidação das medições dos serviços executados mensalmente e constantes da planilha denominada Medição de Serviços, sob a responsabilidade do Núcleo de Monitoramento e Medição. Por sua vez, os quantitativos aí lançados são informados pelas unidades operacionais e descentralizadas (distritos de limpeza) encarregados diretos pelas medições em campo dos serviços e respectiva fiscalização, com o preenchimento da planilha Controle Diário de Presença da Varrição Manual e Equipes de Serviços Complementares” e que o NUMON lançou, sem amparo em documentação idônea, 9.108 km de varrição para o Lote I e 3.014,1 km para o Lote III, gerando um pagamento à maior de R\$ 441.968,12, considerando que o valor por quilômetro alcançava R\$ 36,46.

6.9.2. A documentação acostada, que deveria comprovar a execução dos serviços, é a mesma a que a equipe de auditoria já havia analisado, sendo verificado que esta não suportaria os pagamentos efetuados.

6.9.3. A informalidade com que o SLU/DF, segundo afirmado pelo Diretor-Geral, fiscalizou a execução dos serviços impediu a equipe de auditoria de aceitar as referidas planilhas. Ainda mais quando não há documentação hábil que justifique os valores incluídos nas planilhas.

## **Conclusão**

6.10. As informações contidas no Ofício nº 856/2014-DIGER/SLU não afastaram as irregularidades identificadas pela auditoria deste Tribunal sendo apuradas nesta TCE.





## 7. DO CÁLCULO DO PREJUÍZO ATUALIZADO

7.1. Os valores relativos ao Achado 1 do Relatório Final de Auditoria, assim como a responsabilização após análise das defesas, são os calculados a seguir (fls. 2208/2211).

(§ 88 – fls. 35/36) Responsáveis	Contrato	Valor atualizado até 2016
Maria de Fátima Ribeiro Có		
Divino Dias de Santana	26/2010	R\$ 28.920.160,67
Juliane dos Santos Berber	27/2010	R\$ 10.824.034,38
Delta Construções S/A		
<b>Total</b>		39.744.195,05

7.2. Os valores relativos ao Achado 2 do Relatório Final de Auditoria, assim como a responsabilização após análise das defesas, são os calculados a seguir (fls. 2212/2217).

(§ 137 – fl. 45) Responsáveis	Período	Valor atualizado até 2016
Expedito Apolinário Silva	Contrato nº 026/2010	
Daniel Pereira Rocha	Dezembro/2010 a Fevereiro/2011	R\$ 341.901,95
Delta Construções S/A	Contrato nº 027/2010	R\$ 101.386,23
	Janeiro/2011	
<b>Total</b>		R\$ 443.288,18

(§ 137 – fl. 45) Responsáveis	Período	Valor atualizado até 2016
Expedito Apolinário Silva		
Daniel Pereira Rocha	Contrato nº 026/2010	
Pedro Luiz Rennó	Fevereiro/2011	R\$ 106.713,83
Delta Construções S/A		



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
 SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO  
 SECRETARIA DE CONTAS - 3ª DIVISÃO DE CONTAS

Fl.: 2419

Proc.: 23278/14

Rubrica

(§ 137 – fl. 45) Responsáveis	Período	Valor atualizado até 2016
Delta Construções S/A	Contratos nº 026/2010 e 027/2010 Equipamentos Dezembro/2010 a Fevereiro/2011	R\$ 306.169,52

(§ 137 – fl. 45) Responsáveis	Período	Valor atualizado até 2016
Delival Lemos de Souza Francisco Silva Santos Marta Rosane Cabral Eurípedes Carvalho da Silva Vanda Alves da Rocha Delta Construções S/A	Contrato nº 026/2010 Maio/2011 a Junho/2011  Contrato nº 027/2010 Março/2011 a Junho/2011	R\$ 329.960,71

(§ 137 – fl. 45) Responsáveis	Período	Valor atualizado até 2016
Delival Lemos de Souza Francisco Silva Santos Marta Rosane Cabral Eurípedes Carvalho da Silva Pedro Luiz Rennó Vanda Alves da Rocha Delta Construções S/A	Contrato nº 026/2007 Março/2011 a Abril/2011	R\$ 192.247,30

(§ 137 – fl. 45) Responsáveis	Período	Valor atualizado até 2016
Delta Construções S/A	Contrato nº 026/2010 e 027/2010 Equipamentos Março/2011 a Junho/2011	R\$ 612.339,04



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO**  
**SECRETARIA DE CONTAS - 3ª DIVISÃO DE CONTAS**

(§ 137 – fl. 45) Responsáveis	Período	Valor atualizado até 2016
Delival Lemos de Souza Francisco Silva Santos Marta Rosane Cabral Eurípedes Carvalho da Silva Daniel Pereira Rocha Vanda Alves da Rocha Delta Construções S/A	Contratos nº 026/2010 e 027/2010 Julho/2011 e Agosto/2011	R\$ 568.058,33

(§ 137 – fl. 45) Responsáveis	Período	Valor atualizado até 2016
Delival Lemos de Souza Francisco Silva Santos Marta Rosane Cabral Vanda Alves da Rocha Daniel Pereira Rocha Luiz Carlos Figueiredo da Silva Delta Construções S/A	Contratos nº 026/2010 e 027/2010 Setembro/2011 e Junho/2012	R\$ 2.988.712,78

7.3. Os valores relativos ao Achado 3 do Relatório Final de Auditoria, assim como a responsabilização após análise das defesas, são os calculados a seguir (fls. 2218/2219).

(§ 161 – fl. 54) Responsáveis	Período	Valor atualizado até 2016
Célia Maria Santos Pessoa Eurípedes Carvalho da Silva Delta Construções S/A	Faturas nº 5310 e 5311 Data de emissão: 24/03/2011	R\$ 619.409,38

7.4. Os valores relativos ao Achado 4 do Relatório Final de Auditoria, assim como a responsabilização após análise das defesas, são os calculados a seguir (fls. 2220/2231).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO**  
**SECRETARIA DE CONTAS - 3ª DIVISÃO DE CONTAS**

(§ 230 – fl. 69) Responsáveis	Período	Valor atualizado até 2016
Sérgio Mesquita de Ávila Filho Expedito Apolinário Silva José Leonardo dos Santos Empresa Artec Ltda.	Contrato 009/2006 Novembro/2006 a Maio/2007	R\$ 7.677.164,32

(§§ 231/235 – fls. 70/75) Responsáveis	Período	Valor atualizado até 2016
Maria de Fátima Ribeiro Có Empresa Artec Ltda.	Contrato 007/2007 Maio/2007 a Novembro/2007	R\$ 5.123.140,09
	Contrato 020/2007 Dezembro/2007 a Junho/2008	R\$ 3.854.223,08
	Contrato 010/2008 Junho/2008 a Dezembro/2008	R\$ 4.276.692,25
	Contrato 021/2008 Dezembro/2008 a Maio/2009	R\$ 3.170.924,46
	Contrato 008/2009 Junho/2009 a Setembro/2009	R\$ 1.498.059,31
	<b>Total</b>	R\$ 17.923.039,19

(§§ 236/237 – fls. 75/77) Responsáveis	Período	Valor atualizado até 2016
Maria de Fátima Ribeiro Có Divino Dias de Santana Juliane dos Santos Berber Empresa Artec Ltda.	Contrato n. 019/2009 Setembro/2009 a Dezembro/2009	R\$ 234.598,43
	Contrato n. 032/2009 Dezembro/2009 a Abril/2010	R\$ 172.767,44
	<b>Total</b>	R\$ 407.365,87

7.5. Os valores relativos ao Achado 5 do Relatório Final de Auditoria, assim como a responsabilização após análise das defesas, são os calculados a seguir (fls. 2232/2237).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO**  
**SECRETARIA DE CONTAS - 3ª DIVISÃO DE CONTAS**

Fl.: 2422

Proc.: 23278/14

Rubrica

(§ 279 – fl. 84) Responsáveis	Período	Valor atualizado até 2016
Sérgio Mesquita de Ávila Filho Expedito Apolinário Silva José Leonardo dos Santos Empresa Nely Ltda.	Contrato 010/2006 Novembro/2006 a Maio/2007	R\$ 1.440.019,66

(§§ 280/282 – fl. 85/87) Responsáveis	Período	Valor atualizado até 2016
Maria de Fátima Ribeiro Có Empresa Nely Ltda.	Contrato 012/2007 Maio/2007 a Dezembro/2007	R\$ 334.483,50
	Contrato 021/2007 Dezembro/2007 a Junho/2008	R\$ 9.706,71
	Contrato 022/2008 Dezembro/2008 a Junho/2009	R\$ 1.249,39
	<b>Total</b>	R\$ 345.439,60

7.6. Os valores relativos ao Achado 6 do Relatório Final de Auditoria, assim como a responsabilização após análise das defesas, são os calculados a seguir (fls. 2238/2244).

(§§ 319/321 – fl. 95/98) Responsáveis	Período	Valor atualizado até 2016
Maria de Fátima Ribeiro Có Delta Construções Ltda.	Contrato 009/2007 Maio/2007 a Dezembro/2007	R\$ 18.445.519,30
	Contrato 026/2008 Dezembro/2008 a Junho/2009	R\$ 99.051,31
	Contrato 013/2009 Junho/2009 a Setembro/2009	R\$ 558.962,22
	<b>Total</b>	R\$ 19.103.532,83

(§ 322 – fl. 98/100) Responsáveis	Período	Valor atualizado até 2016
Maria de Fátima Ribeiro Có Divino Dias de Santana	Contrato n. 023/2009 Setembro/2009 a Dezembro/2009	R\$ 2.687.401,64

\* Associado eletronicamente ao feito



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO**  
**SECRETARIA DE CONTAS - 3ª DIVISÃO DE CONTAS**

Fl.: 2423

Proc.: 23278/14

Rubrica

Juliane dos Santos Berber Delta Construções Ltda.	Contrato n. 033/2009 Dezembro/2009 a Abril/2010	R\$ 3.753.808,24
	<b>Total</b>	R\$ 6.441.209,88

7.7. Os valores relativos ao Achado 7 do Relatório Final de Auditoria, assim como a responsabilização após análise das defesas, são os calculados a seguir (fls. 2245/2255).

(§ 373 – fl. 111/112) Responsáveis	Período	Valor atualizado até 2016
Sérgio Mesquita de Ávila Filho Expedito Apolinário Silva José Leonardo dos Santos Empresa QUALIX Serviços Ambientais Ltda.	Contrato 011/2006 Novembro/2006 a Maio/2007	R\$ 13.299.384,28

(§§ 374/378 – fl. 112/117) Responsáveis	Período	Valor atualizado até 2016
Maria de Fátima Ribeiro Có Empresa QUALIX Serviços Ambientais Ltda.	Contrato 008/2007 Maio/2007 a Dezembro/2007	R\$ 14.406.316,95
	Contrato 024/2007 Dezembro/2007 a Maio/2008	R\$ 9.141.443,96
	Contrato 013/2008 Junho/2008 a Dezembro/2008	R\$ 20.428.080,01
	Contrato 024/2008 Dezembro/2008 a Junho/2009	R\$ 16.494.186,47
	Contrato 011/2009 Junho/2009 a Setembro/2009	R\$ 7.988.484,48
	<b>Total</b>	R\$ 68.458.511,87



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO**  
**SECRETARIA DE CONTAS - 3ª DIVISÃO DE CONTAS**

(§§ 379/380 – fls. 118/119) Responsáveis	Período	Valor atualizado até 2016
Maria de Fátima Ribeiro Có Divino Dias de Santana	Contrato n. 021/2009 Setembro/2009 a Dezembro/2009	R\$ 3.895.042,85
Juliane dos Santos Berber Empresa QUALIX Serviços Ambientais Ltda.	Contrato n. 035/2009 Dezembro/2009 a abril/2010	R\$ 5.405.121,37
	<b>Total</b>	R\$ 9.300.164,22

7.8. Os valores relativos ao Achado 8 do Relatório Final de Auditoria, assim como a responsabilização após análise das defesas, são os calculados a seguir (fls. 2256/2261).

(§§ 418/421 – fls. 127/131) Responsáveis	Período	Valor atualizado até 2016
Maria de Fátima Ribeiro Có Empresa Valor Ambiental Ltda.	Contrato 026/2007 Dezembro/2007 a Junho/2008	R\$ 3.937.418,65
	Contrato 009/2008 Junho/2008 a Dezembro/2008	R\$ 8.888.711,18
	Contrato 020/2008 Dezembro/2008 a Maio/2009	R\$ 4.244.694,83
	Contrato 007/2009 Junho/2009	R\$ 528.534,80
	<b>Total</b>	R\$ 17.599.359,46

7.9. Os valores relativos ao Achado 9 do Relatório Final de Auditoria, assim como a responsabilização após análise das defesas, são os calculados a seguir (fls. 2262/2267).

(§§ 455/458 – fl. 139/143) Responsáveis	Período	Valor atualizado até 2016
Maria de Fátima Ribeiro Có Empresa ENGETÉCNICA Ltda.	Contrato 025/2007 Dezembro/2007 a Junho/2008	R\$ 5.834.830,59
	Contrato 008/2008 Junho/2008 a Dezembro/2008	R\$ 2.768.437,48
	Contrato 019/2008 Dezembro/2008 a Junho/2009	R\$ 1.909.036,70
	Contrato 006/2009 Junho/2009 a Setembro/2009	R\$ 484.386,26
	<b>Total</b>	R\$ 10.996.691,03





7.10. Os valores relativos ao Achado 10 do Relatório Final de Auditoria, assim como a responsabilização após análise das defesas, são os calculados a seguir (fls. 2268/2271).

(§ 477 – fl. 148) Responsáveis	Período	Valor atualizado até 2016
Maria de Fátima Ribeiro Có Divino Dias de Santana Juliane dos Santos Berber Empresa Valor Ambiental Ltda.	Contrato nº 14/2009 Julho/2009 a Agosto/2012	R\$ 3.762.489,31

## **8. CONCLUSÃO**

8.1. Da análise das defesas e considerando que os valores dos débitos foram atualizados até dezembro/2016, podemos concluir pela responsabilização dos indicados a seguir:

- a) Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER deverão responder pelo débito de R\$ 39.744.195,05;
- b) Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA e Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA deverão responder pelo débito de R\$ 443.288,18;
- c) Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA, Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA e Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ deverão responder pelo débito de R\$ 106.713,83;



- d) Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, Sra. MARTA ROSANE CABRAL, Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA e Sra. VANDA ALVES DA ROCHA deverão responder pelo débito de R\$ 329.960,71;
- e) Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, Sra. MARTA ROSANE CABRAL, Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ e Sra. VANDA ALVES DA ROCHA deverão responder pelo débito de R\$ 192.247,30;
- f) Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A deverá responder pelos débitos de R\$ 306.169,52 e R\$ 612.339,04;
- g) Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, Sra. MARTA ROSANE CABRAL, Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA e Sra. VANDA ALVES DA ROCHA deverão responder pelo débito de R\$ 568.058,33;
- h) Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, Sra. MARTA ROSANE CABRAL, Sra. VANDA ALVES DA ROCHA, Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA e Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA deverão responder pelo débito de R\$ 2.988.712,78;
- i) Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sra. CÉLIA MARIA SANTOS PESSOA e Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA deverão responder pelo débito de R\$ 619.409,38;



- j) Empresa ARTEC LTDA., juntamente com os responsáveis solidários, Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO, Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA e Sr. JOSÉ LEONARDO DOS SANTOS deverão responder pelo débito de R\$ 7.677.164,32;
- k) Empresa ARTEC LTDA., juntamente com a responsável solidária, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ deverão responder pelo débito de R\$ 17.923.039,19;
- l) Empresa ARTEC LTDA., juntamente com os responsáveis solidários, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER deverão responder pelo débito de R\$ 407.365,87;
- m) Empresa NELY LTDA., juntamente com os responsáveis solidários, Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO, Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA e Sr. JOSÉ LEONARDO DOS SANTOS deverão responder pelo débito de R\$ 1.440.019,66;
- n) Empresa NELY LTDA., juntamente com a responsável solidária, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ deverão responder pelo débito de R\$ 345.439,60;
- o) Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com a responsável solidária, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ deverão responder pelo débito de R\$ 19.103.532,83;
- p) Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER deverão responder pelo débito de R\$ 6.441.209,88;



- q) Empresa SUSTENTARE SERVIÇOS AMBIENTAIS S.A., sucessora da Empresa QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA., juntamente com os responsáveis solidários, Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO, Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA e Sr. JOSÉ LEONARDO DOS SANTOS deverão responder pelo débito de R\$ 13.299.384,28;
- r) Empresa SUSTENTARE SERVIÇOS AMBIENTAIS S.A., sucessora da Empresa QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA., juntamente com a responsável solidária, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ deverão responder pelo débito de R\$ 68.458.511,87;
- s) Empresa SUSTENTARE SERVIÇOS AMBIENTAIS S.A., sucessora da Empresa QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA., juntamente com os responsáveis solidários, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER deverão responder pelo débito de R\$ 9.300.164,22;
- t) Empresa VALOR AMBIENTAL LTDA., juntamente com a responsável solidária, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ deverão responder pelo débito de R\$ 17.599.359,46;
- u) Empresa ENGETÉCNICA LTDA., juntamente com a responsável solidária, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ deverão responder pelo débito de R\$ 10.996.691,03;
- v) Empresa VALOR AMBIENTAL LTDA., juntamente com os responsáveis solidários, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER deverão responder pelo débito de R\$ 3.762.489,31.



8.2. Além disso, se a comprovação do ressarcimento não ocorrer, os responsáveis, na próxima fase, poderão ter suas contas julgadas irregulares, consoante artigo 17, inciso III, alínea “c”, da Lei Complementar nº 01/94, tendo em vista a prática de ato de gestão antieconômico que gerou prejuízo ao erário.

8.3. O Sr. ILDEU DE OLIVEIRA veio a falecer antes da citação inicial. Conforme Decisão nº 4.664/2005, iremos excluí-lo da solidariedade pelos prejuízos identificados, ante a ausência de pressuposto de desenvolvimento regular do processo.

8.4. A empresa NELY CONSTRUÇÕES E LOGÍSTICA LTDA. deixou de apresentar defesa, desta forma, consoante artigo 13, § 3º, da Lei Complementar nº 01/94, somos por propor ao c. Plenário que a considere revel.

8.5. A advogada da empresa CONSTRUTORA ARTEC S/A, no requerimento acostado à fl. 2073, e o advogado da Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, do Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e da Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER, no pedido da defesa acostado à fl. 2201, manifestaram interesse na realização de sustentação oral.

<b>9. SUGESTÕES</b>
---------------------

Ante o exposto, após a deliberação sobre a sustentação oral solicitada pela advogada da empresa CONSTRUTORA ARTEC S/A e pelo advogado da Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, do Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e da Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER, sugerimos ao egrégio Plenário que:

- I. tome conhecimento das defesas apresentadas pelos responsáveis relacionados no § 3.1 desta instrução para, no mérito, considera-las:



- a. procedentes as apresentadas pelo Sr. CARLOS VITOR DUBOC BAHIA e pela Sra. ZÉLIA MARIA DE ANDRADE SANTANA;
- b. parcialmente procedente a apresentada pelo Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ e pelo Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO; e
- c. improcedentes as apresentadas pela EMPRESA DELTA CONSTRUÇÕES LTDA., pela EMPRESA ARTEC LTDA., pela EMPRESA ENGETÉCNICA LTDA., pela EMPRESA QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA., pela EMPRESA VALOR AMBIENTAL LTDA., pela Sra. CÉLIA MARIA SANTOS PESSOA, pelo Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA, pelo Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, pelo Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA, pelo Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, pelo Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA, pelo Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, pelo Sr. JOSÉ LEONARDO DOS SANTOS, pela Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER, pelo Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA, pela Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, pela Sra. MARTA ROSANE CABRAL e pela Sra. VANDA ALVES DA ROCHA;
- II. considere, com fulcro no artigo 13, § 3º, da Lei Complementar nº 01/94, revel a Empresa NELY CONSTRUÇÕES E LOGÍSTICA LTDA.;
- III. por conseguinte, com fulcro no artigo 13, § 1º, da Lei Complementar nº 01/94, cientifique os indicados a seguir para que, em um prazo de 30 (trinta) dias, comprovem o recolhimento, solidário, do débito (atualizado até 05/2016) aos cofres distritais;



- a. Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER deverão responder pelo débito de R\$ 39.744.195,05;
- b. Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA e Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA deverão responder pelo débito de R\$ 443.288,18;
- c. Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA, Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA e Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ deverão responder pelo débito de R\$ 106.713,83;
- d. Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, Sra. MARTA ROSANE CABRAL, Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA e Sra. VANDA ALVES DA ROCHA deverão responder pelo débito de R\$ 329.960,71;
- e. Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, Sra. MARTA ROSANE CABRAL, Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, Sr. PEDRO LUIZ RENNÓ e Sra. VANDA ALVES





DA ROCHA deverão responder pelo débito de R\$ 192.247,30;

- f. Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A deverá responder pelos débitos de R\$ 306.169,52 e R\$ 612.339,04;
- g. Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, Sra. MARTA ROSANE CABRAL, Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA, Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA e Sra. VANDA ALVES DA ROCHA deverão responder pelo débito de R\$ 568.058,33;
- h. Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sr. DELIVAL LEMOS DE SOUZA, Sr. FRANCISCO SILVA SANTOS, Sra. MARTA ROSANE CABRAL, Sra. VANDA ALVES DA ROCHA, Sr. DANIEL PEREIRA ROCHA e Sr. LUIZ CARLOS FIGUEIREDO DA SILVA deverão responder pelo débito de R\$ 2.988.712,78;
- i. Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sra. CÉLIA MARIA SANTOS PESSOA e Sr. EURÍPEDES CARVALHO DA SILVA deverão responder pelo débito de R\$ 619.409,38;
- j. Empresa ARTEC LTDA., juntamente com os responsáveis solidários, Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO, Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA e Sr. JOSÉ LEONARDO



DOS SANTOS deverão responder pelo débito de R\$ 7.677.164,32;

k. Empresa ARTEC LTDA., juntamente com a responsável solidária, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ deverão responder pelo débito de R\$ 17.923.039,19;

l. Empresa ARTEC LTDA., juntamente com os responsáveis solidários, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER deverão responder pelo débito de R\$ 407.365,87;

m. Empresa NELY LTDA., juntamente com os responsáveis solidários, Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO, Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA e Sr. JOSÉ LEONARDO DOS SANTOS deverão responder pelo débito de R\$ 1.440.019,66;

n. Empresa NELY LTDA., juntamente com a responsável solidária, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ deverão responder pelo débito de R\$ 345.439,60;

o. Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com a responsável solidária, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ deverão responder pelo débito de R\$ 19.103.532,83;

p. Empresa DELTA CONSTRUÇÕES S/A, juntamente com os responsáveis solidários, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e Sra.



JULIANE DOS SANTOS BERBER deverão responder pelo débito de R\$ 6.441.209,88;

q. Empresa SUSTENTARE SERVIÇOS AMBIENTAIS S.A., sucessora da Empresa QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA., juntamente com os responsáveis solidários, Sr. SÉRGIO MESQUITA DE ÁVILA FILHO, Sr. EXPEDITO APOLINÁRIO SILVA e Sr. JOSÉ LEONARDO DOS SANTOS deverão responder pelo débito de R\$ 13.299.384,28;

r. Empresa SUSTENTARE SERVIÇOS AMBIENTAIS S.A., sucessora da Empresa QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA., juntamente com a responsável solidária, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ deverão responder pelo débito de R\$ 68.458.511,87;

s. Empresa SUSTENTARE SERVIÇOS AMBIENTAIS S.A., sucessora da Empresa QUALIX SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA., juntamente com os responsáveis solidários, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER deverão responder pelo débito de R\$ 9.300.164,22;

t. Empresa VALOR AMBIENTAL LTDA., juntamente com a responsável solidária, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ deverão responder pelo débito de R\$ 17.599.359,46;

u. Empresa ENGETÉCNICA LTDA., juntamente com a responsável solidária, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ deverão responder pelo débito de R\$ 10.996.691,03; e



v. Empresa VALOR AMBIENTAL LTDA., juntamente com os responsáveis solidários, Sra. MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÓ, Sr. DIVINO DIAS DE SANTANA e Sra. JULIANE DOS SANTOS BERBER deverão responder pelo débito de R\$ 3.762.489,31;

IV. autorize a devolução do feito à Secretaria de Contas para as providências de estilo.

À superior consideração.

DIGITALIZADO